

IJ00195  
V.1

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

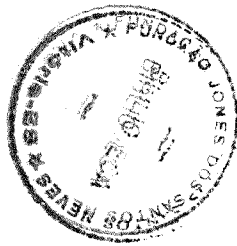
PROGRAMA DE ORDENAMENTO URBANO  
DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

VOL. 1



FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

IJ00195  
3344/1979  
V.1



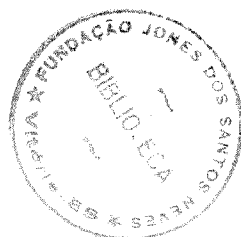
IF 00195  
V.I

280251090152002  
6x4/4ce  
V.I

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO  
FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

PROGRAMA DE ORDENAMENTO URBANO  
DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

VOL. 1



VITÓRIA/ES, AGOSTO/79

GOVERNADOR DO ESTADO

*Eurico Vieira de Rezende*

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

*Arlindo Villaschi Filho*

PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

*Benjamim Falqueto*

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

*Sebastião José Balarini - Diretor Superintendente*

*Antônio Luiz Borjaille - Diretor Técnico*



## COORDENAÇÃO

*André Tomoyuki Abe* (Arquiteto-Urbanista)\*

*Carlos Alberto Feitosa Perim* (Engenheiro-Urbanista)\*

## EQUIPE

*Carlos Cândido Caser* (Urbanista)\*

*Diana Luzia Mariani* (Mecanografia)\*

*Eni de Fátima Dezan* (Mecanografia final)\*

*Edson Hermes Guimarães* (Engenheiro Civil)\*\*

*Elizabeth Fiorio Checon* (Desenho Técnico)\*

*Gláucia Maria Resende Cardoso* (Advogada)\*\*

*Helena Maria Gomes* (Arquiteta-Urbanista)\*\*

*José Luiz Gobbi Fraga* (Edição)\*

*José Daniel Caliman* (Colaborador)\*\*

*Maria Osória Bernardo Pires* (Mecanografia final)\*

*Maria Batista Gonçalves* (Mecanografia)\*

*Maria das Graças dos Santos Lemos* (Mecanografia)\*

*Maria Cristina Taveira* (Estagiária)\*

*Máximo Roberto Feitosa* (Tabelião)\*\*

*Paulo de Melo Freitas Júnior* (Engenheiro Sanitarista)\*\*

*Ronaldo Gonçalves Vianna* (Estagiário)\*

*Renato Luiz de Oliveira* (Desenho Técnico)\*

*Sandra Martha Gaburro Bortolon* (Desenho Técnico)\*

*Wilson Fernando Teixeira da Silva* (Desenho Técnico)\*

\*Fundação Jones dos Santos Neves

\*\*Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo



## AGRADECIMENTOS

*Este trabalho não poderia ter sido realizado sem o suporte dos antigos diretores da Fundação Jones dos Santos Neves, Dr. STÉLIO DIAS, atual Secretário da Educação, e Dr. ARLINDO VILLASCHI FILHO, atual Secretário do Planejamento do Estado do Espírito Santo. Deve-se ressaltar, ainda, a participação de todo o corpo de Funcionários da Fundação Jones dos Santos Neves e da Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, que estiveram sempre solícitos durante o período de execução dos estudos. O trabalho de aplicação da equipe de cadastradores e a compreensão e participação da população das sedes distritais, constituíram-se fatores essenciais, também, para a apresentação final do Programa de Ordenamento Urbano.*

NOTA INTRODUTÓRIA

---

Preocupado com o surgimento e agravamento dos problemas advindos do crescimento, o Prefeito do Município de Conceição do Castelo procurou a Fundação Jones dos Santos Neves, em princípios de 1977, solicitando orientação técnica e indicações para:

- a) encaminhar soluções a problemas de ordem imediata;
- b) elaborar programas de médio e longo prazos, visando o desenvolvimento integrado do Município;
- c) encaminhar pedidos de recursos financeiros junto as esferas estaduais e federais.

Manifestando a decisão de iniciar um processo de planejamento, enumerou como principais problemas do Município:

- a) ausência de sistema de recolhimento de esgotos nas vilas do Município;
- b) crescimento acelerado e desordenado da Vila de Venda Nova, o que provoca, entre outras coisas, o aparecimento de sistema viário desconectado;
- c) desaparecimento da Administração local para orientar o processo de crescimento, pela inexistência de leis que regulem o parcelamento e as construções;
- d) escassez e abandono das áreas coletivas para o lazer e o descanso;
- e) ocupação das margens dos rios;

- f) destruição das matas de cabeceira, ameaçando os mananciais de água;
- g) destruição do patrimônio histórico e paisagístico da região.

Manifestou ainda, a intenção de desenvolver programas para a diversificação da cultura, turismo, agro-indústria de pequeno porte e comercialização da flora.

Atendendo a solicitação do Prefeito, a FJSN, não obstante contar com um diminuto quadro de pessoal, dispôs-se a colaborar na orientação dos seguintes aspectos:

1. Definição do traçado de ruas do Distrito de Venda Nova;
2. Regulamentação do uso e do parcelamento do solo;
3. Regulamento das edificações;
4. Lazer, reservas físicas e biológicas;
5. Patrimônio histórico e paisagístico.

Quanto aos projetos de implantação de sistema de esgotos para a sede do Distrito de Venda Nova, proteção dos mananciais de água, legislação de controle dos recursos vegetais, diversificação da cultura, turismo, agro-indústria e comercialização da flora, a FJSN indicou outros órgãos públicos, com atividades voltadas para essas áreas, que poderiam atender as necessidades do Município, desde que solicitados formalmente pela Prefeitura.

A partir daí, um grupo de técnicos passou a atuar junto ao Município para fazer um reconhecimento da área e conhecer objetivamente os problemas, de modo a encaminhar o programa de trabalho. Desse processo de interações e revisões sucessivas, resultou um Convênio objetivando a realização de um trabalho, cuja principal meta foi a de *aparelhar*



*a administração local para enfrentar seus problemas e planejar a aplicação dos recursos públicos disponíveis.*

A descrição sumária desses trabalhos é apresentada em três volumes. O volume 1 compreende identificação e interpretação dos problemas básicos, ações e recomendações para que a população e a administração locais possam, da forma mais autônoma possível, abordá-los e assim buscar melhores condições de vida urbana. Anexo a este volume, seguem algumas informações estatísticas sobre o Município, apresentadas sob a forma de quadros.

O volume 2 compreende uma coletânea da legislação elaborada, já aprovada e projetos de leis, em fase de descrição para aprovação pela Câmara Municipal.

O volume 3 apresenta, sumariamente, a organização e conclusão do Cadastro Imobiliário Urbano, implantado no Município.

Além desses resultados do *Programa de Ordenamento Urbano do Município de Conceição do Castelo*, estão em andamento o Projeto de Saneamento e de Desenho Urbano da Vila de Venda Nova. Ainda, deve ser iniciada a elaboração de um plano de Ocupação do Solo da sede municipal de Conceição do Castelo, assim como os projetos de Saneamento e Desenho Urbano, desta sede, estabelecendo-se um processo contínuo de planejamento.

ÍNDICE	PÁGINA
NOTA INTRODUTÓRIA .....	5
7 CAPÍTULO I: FORMAÇÃO E CONJUNTURA ATUAL DO MUNICÍPIO..	11
1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS .....	12
1.1. Aspectos Gerais .....	12
1.2. Geologia .....	12
1.3. Clima .....	15
1.4. Pluviometria .....	15
1.5. Solos .....	15
1.6. Fitogeografia .....	16
1.7. Hidrologia .....	17
1.8. Utilização das terras .....	17
2. ASPECTOS HISTÓRICOS .....	20
2.1. A Civilização Primitiva .....	20
2.2. A Colonização Portuguesa e o Massacre dos Puris .....	20
2.3. A Crise Européia e a Imigração Italiana .....	23
2.4. As Novas Comunicações e o Desenvolvimento Urbano .....	24
3. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS .....	25
3.1. População .....	25
3.2. Educação .....	26
3.3. Produção .....	27
3.3.1. Produção Agrícola .....	29
3.3.2. Produção Animal .....	30
3.4. Estrutura Fundiária .....	30
4. OS ESPAÇOS URBANOS .....	31
4.1. Evolução .....	31
4.2. Infra-Estrutura .....	36
4.3. Habitação .....	38

+ 5. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA .....	39
CAPÍTULO II: INDICAÇÕES E PROPOSIÇÕES PARA O ORDENAMEN TO URBANO E APARELHAMENTO ADMINISTRATIVO .	
1. INTRODUÇÃO .....	42
2. PERÍMETRO URBANO .....	49
3. PLANO DE OCUPAÇÃO DO SOLO .....	53
3.1. Zoneamento de Ocupação .....	53
3.2. Lei do Parcelamento .....	53
3.3. Sistema Viário Básico .....	57
4. CÓDIGO DE OBRAS .....	62
5. USO DO SOLO .....	64
6. PROJETOS ESPECIAIS .....	67
7. ÁREAS VERDES E DE PROTEÇÃO .....	71
7.1. Faixas de Proteção .....	71
7.2. Áreas Naturais .....	71
7.3. Praças e Áreas Verdes .....	72
8. CADASTRO E TRIBUTAÇÃO .....	74
8.1. Cadastro Imobiliário Urbano .....	74
8.2. Código Tributário e Regulamentação .....	75
9. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA .....	78
10. CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO .....	80
+ ANEXO .....	83

## LISTA DE MAPAS, PLANTAS E FIGURA

### PÁGINA

M1 - <i>Município de Conceição do Castelo: Limites e Localização na Microrregião e no Estado</i> .....	13
M2 - <i>Comarca de Cachoeiro de Itapemirim, antes do desmembramento de Castelo e Conceição do Castelo</i> .....	14
P1 - <i>Conceição do Castelo: Área Física</i> .....	18
P2 - <i>Distrito de Venda Nova: Área Física</i> .....	19
P3 - <i>Planta da Zona Urbana da Sede de Conceição do Castelo</i> ..	32
M3 - <i>Planta Cadastral da Zona Urbana da Sede de Conceição do Castelo</i> .....	33
P4 - <i>Evolução Urbana da Sede Distrital de Venda Nova</i> .....	34
M4 - <i>Configuração atual de Venda Nova</i> .....	35
P5 - <i>Perímetro Urbano de Conceição do Castelo</i> .....	50
M5 - <i>Situação Fundiária e Tributária em Venda Nova</i> .....	51
M6 - <i>Plano de Ocupação do Solo de Venda Nova - POS</i> .....	56
F1 - <i>POS - Sistema Viário Básico: Padrões de Perfis de Vias</i> .	60
M7 - <i>Sistema Viário Básico de Venda Nova - Proposta</i> .....	61
M8 - <i>Indicações para Ordenamento Urbano de Venda Nova</i> .....	66

CAPÍTULO I  
FORMAÇÃO E CONJUNTURA ATUAL DO MUNICÍPIO

---

# 1.

## ASPECTOS GEOGRÁFICOS

---

### 1.1. ASPECTOS GERAIS

O Município de Conceição do Castelo foi criado em 1963, através do desmembramento do Município de Castelo que, por sua vez, havia sido desmembrado de Cachoeiro do Itapemirim. Seus dois distritos, Conceição do Castelo e Venda Nova, cobrem 61.100ha da Vertente Oriental do Caparaó, constituindo-se no segundo município mais montanhoso do Estado do Espírito Santo: 84% de sua superfície apresenta declividade superior a 30% (Quadro 1). O clima é temperado e as terras são propícias à fruticultura. Limita-se com os municípios de Afonso Cláudio, Castelo, Domingos Martins e Muniz Freire (Mapas 1 e 2).

Enquadra-se o Município aproximadamente entre as latitudes  $20^{\circ}14'S$  e  $20^{\circ}31'S$  e entre as longitudes  $41^{\circ}04'W$  e  $41^{\circ}22'W$ .

### 1.2. GEOLOGIA

O Município está situado no domínio geológico da Associação Paraíba do Sul. Esta formação data do período pré-cambriano. São rochas antigas, bastante tectonizadas, que formam vales profundos e montanhas altas. Nos vales dos córregos e nas vargens, há manchas de terrenos mais recentes, do período quaternário, formadas por aluviões dos rios. São, em geral, as terras mais férteis e de menor suscetibilidade à erosão e quase sempre com risco de inundações.

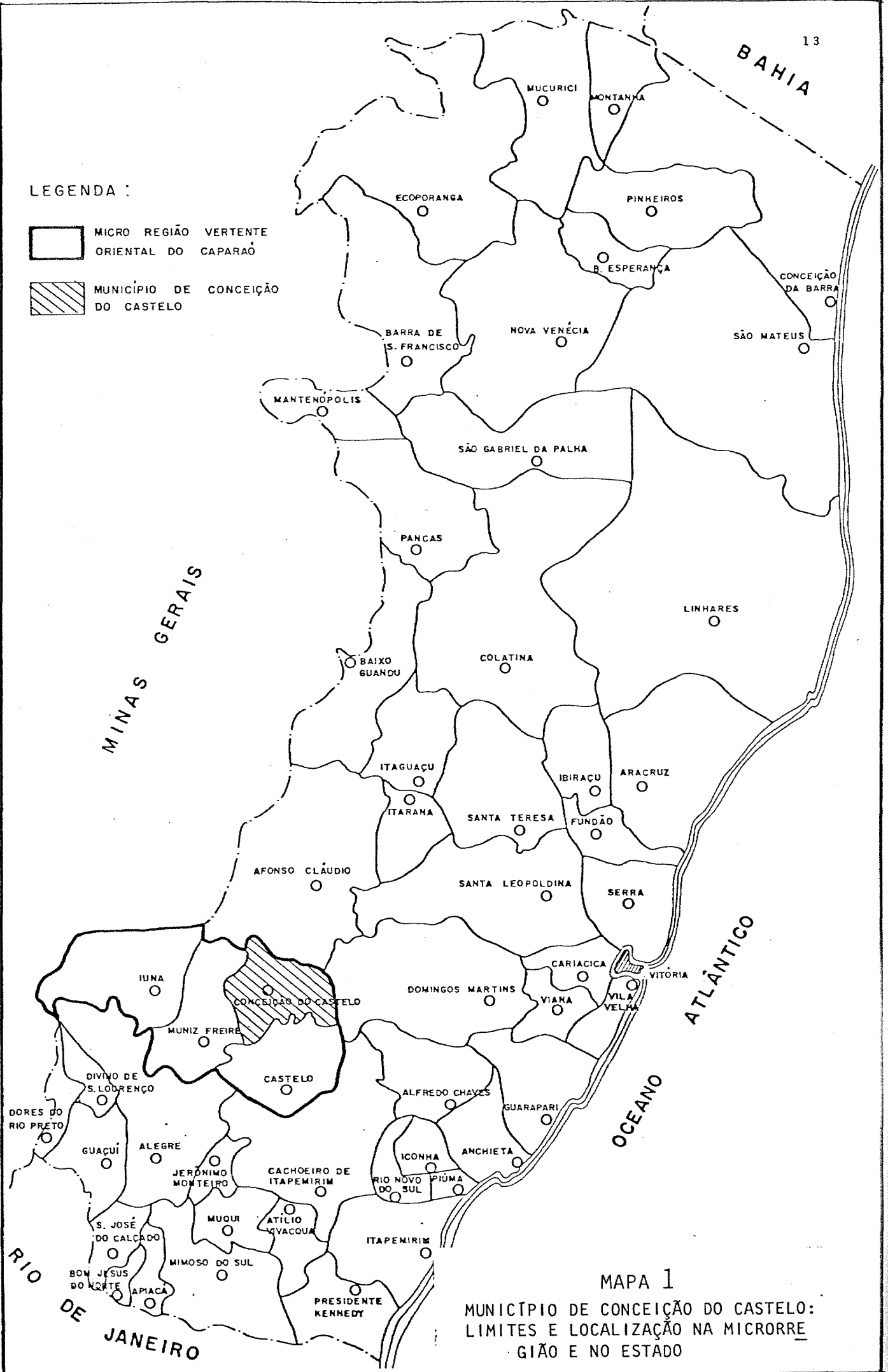
LEGENDA :



MICRO REGIÃO VERTEENTE  
ORIENTAL DO CAPARAÓ



MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO  
DO CASTELO

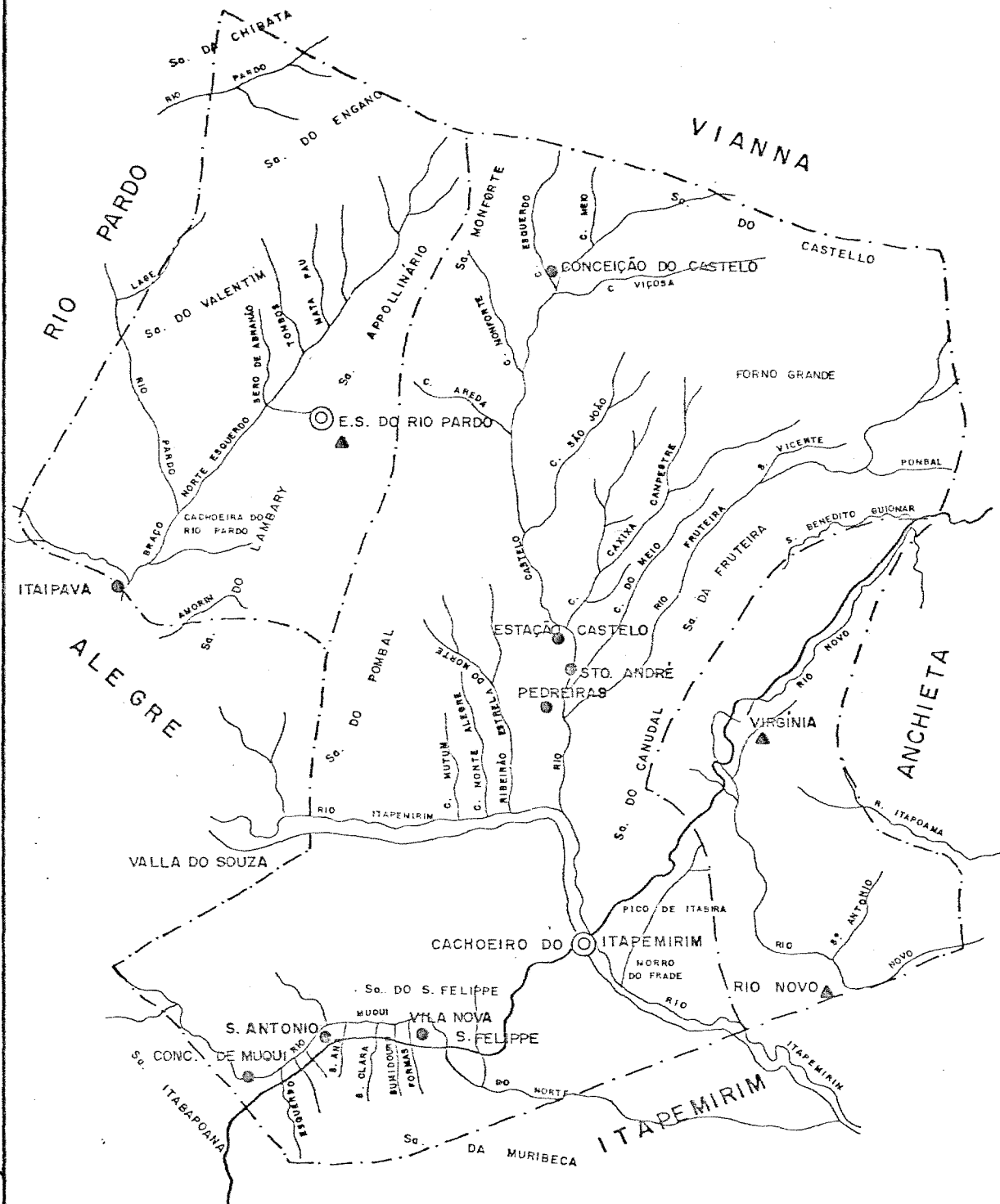


MAPA 1

MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO:  
LIMITES E LOCALIZAÇÃO NA MICRORRE  
GIÃO E NO ESTADO

# ESTADO DO ESPÍRITO SANTO COMARCA DE CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM

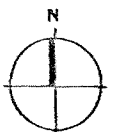
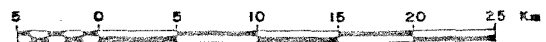
## MUNICÍPIOS DE CACHOEIRO, RIO NOVO, E. S. DO RIO PARDO



LEGENDA :

- ⊙ CIDADE
- POVOAÇÃO
- ▲ NUCLEO COLONIAL

ESCALA : 1 / 500 000



MAPA 2

COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM,  
ANTES DO DESMEMBRAMENTO DE CASTELO E  
CONCEIÇÃO DO CASTELO

OBS.: COPIADO EM 12/7/79 DO ORIGINAL DE 26/8/1912

DESENHISTA: BETM



Há referências históricas de garimpo de ouro nos córregos do Município, assim como o registro de ocorrência de caulim, manganês, urânio, águas marinhas e turmalinas na Serra do Castelo e na Serra do Boi.

### 1.3. CLIMA

O clima do Município é isotérmico úmido, com estação seca no inverno, temperatura média do mês mais quente superior a 22°C e temperatura média do mês mais frio inferior a 18°C.

### 1.4. PLUVIOMETRIA

O Município situa-se em altitudes elevadas, sendo frequentes as cotas superiores a 1.000m. As altitudes menores, situam-se ao Sul e, geralmente, têm cotas superiores a 600m. São os contrafortes elevados da Serra do Mar, que ocasionam fortes precipitações. A pluviosidade média anual da região, situa-se entre 1.300 a 1.400mm, com variação não muito alta da distribuição durante o ano. O período mais chuvoso é compreendido entre Outubro e Março.

### 1.5. SOLOS

No Município, praticamente só se encontra o latossolo vermelho-amarelo, de textura argilosa. A suscetibilidade à erosão, por efeito estrutural do solo, é pequena, embora a topografia muito acidentada exija cuidados especiais para as culturas temporárias e permanentes em declividades superiores a 25%. Além disso, é notório seu baixo teor de fósforo assimilável, o que caracteriza terrenos de baixa fertilidade quando na ausência de matéria orgânica, mormente em regiões de declividade elevada.

## 1.6. FITOGEOGRAFIA

Todo o município era, originalmente, coberto pelas florestas das en costas e montanhas altas. As matas são encontradas em altitudes su periores a 900m, em regiões de grande pluviosidade e fazem parte da Floresta Atlântica. É, predominantemente, sempre verde e decídua ape nas em parte, na época das estiagens. Muitas das espécies sempre ver de compõem o estrato superior, o qual atinge cerca de 25m de altura e nela é significativa a presença de estratos inferiores.

Destacam-se como espécies florestais, a peroba (*Aspidosperma sp*) o cedro (*Cedrela fissilis*) a canela (*Nectandra sp*), o ipê (*Tecoma sp*).

Encontra-se variadíssima gama de famílias botânicas nos estratos infe riores, entre as quais Bignoniáceas, Bombacáceas, Gutíferas, Rutã ceas, Lauráceas, Moráceas, Leguminosas, Anonáceas, Aráceas, Orquidáce as, Bromeliáceas etc.

Atualmente está praticamente extinta esta fitoconsociação primitiva, devastada que foi para a extração de madeira e carvão, plantio de ca fé e pastos. O que mais se encontra no Município são pastarias impro du tivas de capim-gordura (*Melinis minutiflora*), geralmente em terre nos de grande declividade, ocasionando erosão e degradação progr essi va do solo. Encontram-se também manchas de floresta secundária, de su cessão, caracterizada principalmente pela dominância e/ou coodemi nância da embaúba (*Cecropia sp*), alecrim (*Vernonia sp*), candeia (*Vochysia sp*), além de cafezais, a maior parte dos quais pl antados com técnicas deficientes de conservação dos solos e sem pre ocupação de restituição de nutrientes.

### 1.7. HIDROLOGIA

O Município situa-se na bacia do Rio Castelo, afluente do Rio Itape-  
mirim. A direção predominante da rede de drenagem à N-S é grande  
sua densidade. Note-se que os cursos d'água do Município formam as  
cabeceiras do Rio Castelo, e têm origem nos contrafortes Sul e Oeste  
da Serra do Castelo, em região da alta pluviosidade, o que provoca e  
levados valores de deflúvio específico mínimo.

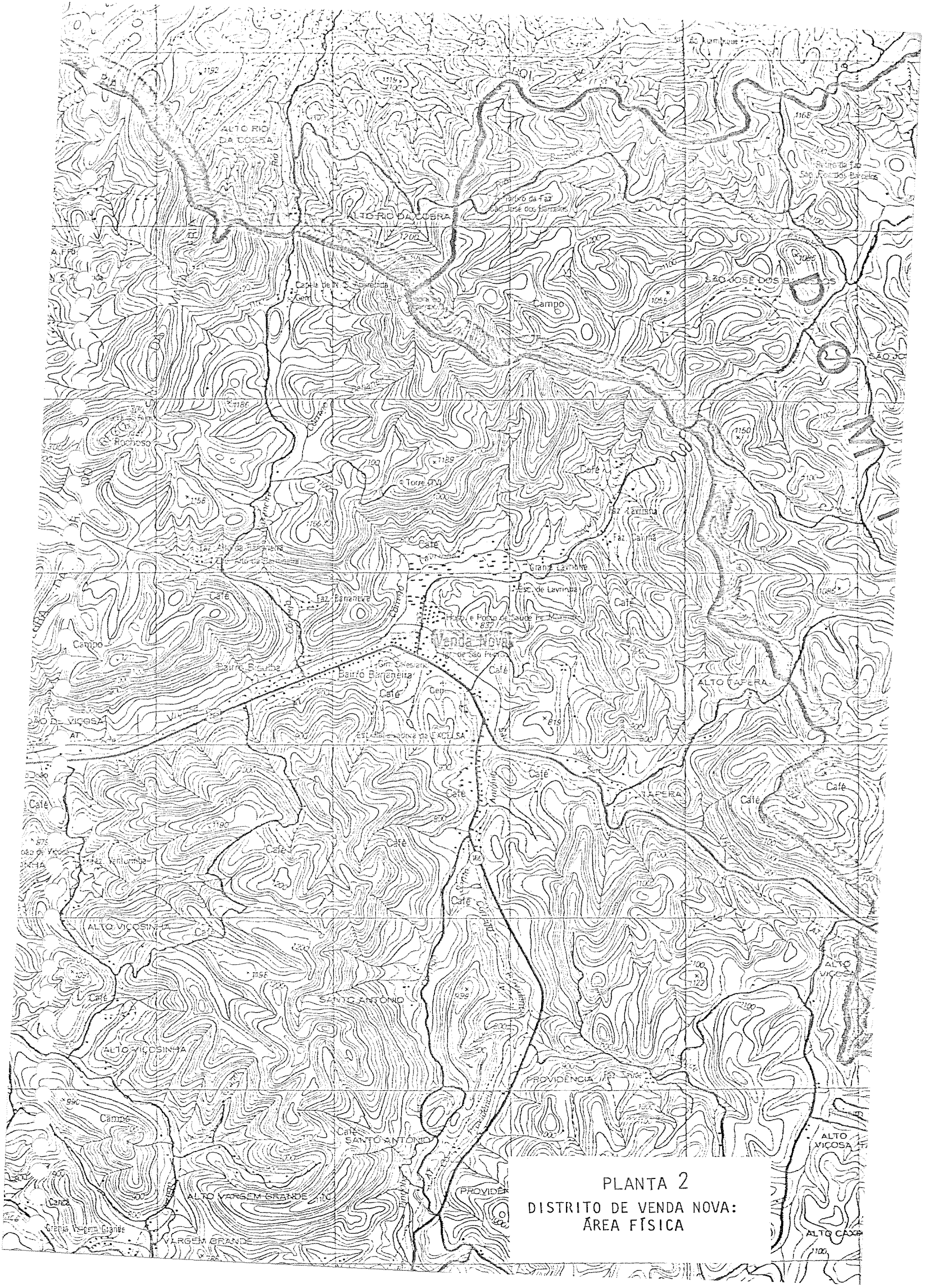
Segundo estudos preliminares realizados, pode-se esperar no Município  
descarga específica mínima da ordem de 1,80 l/s/km<sup>2</sup>, o que é um valor  
elevado.

Quanto ao aspecto hidrogeológico, é pouco conhecido o potencial do  
Município, mas como ele está situado no complexo cristalino pré-cam-  
briano, em região de alta pluviosidade e temperatura anuais não muito  
altas, acredita-se encontrar água subterrânea de ótima qualidade.  
Quanto ao aspecto quantitativo, não há dados que permitem grandes ex-  
trapolações, embora possa-se assegurar que o aproveitamento de água  
subterrânea na região está condicionado à determinação de falhas es-  
truturais da unidade litológica, as quais devem ocorrer com frequên-  
cia, em especial paralelas à rede de drenagem principal, pois é gran-  
de a tectonização da Associação Paraíba do Sul neste Município.

### 1.8. UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

Somente 20,09% da superfície do Município é ocupada com culturas anu-  
ais ou permanentes. As pastagens cobrem 31,45% da área, embora a pro-  
dutividade seja pequena. Existiam, em 1977, 9.661ha cobertos de flo-  
restas (15,68%) e 2.866 de capoeiras. As zonas urbanas e terras ina-  
proveitáveis somaram 27,31% da superfície do Município (Quadro 1.a).





PLANTA 2  
DISTRITO DE VENDA NOVA:  
ÁREA FÍSICA

## 2.

ASPECTOS HISTÓRICOS

---

## 2.1. A CIVILIZAÇÃO PRIMITIVA

O espaço do Município de Conceição do Castelo era primitivamente ocupado pelos Índios Puris, habitantes naturais da região.

A fartura propiciada por uma das mais ricas florestas, em variedades animais e vegetais, permitia-lhes uma vida tranquila. Eram fortes, amáveis e saudáveis.

## 2.2. A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E O MASSACRE DOS PURIS

Em princípios do século XVIII, começaram a chegar os primeiros portugueses (em busca de riquezas por eles desconhecidas) que, aos poucos, iam vencendo a guerra de conquista nas regiões costeiras da Província por eles denominada de Espírito Santo.<sup>1</sup>

*"Sendo o ano de 1752, quando já era Capitão Mór e Go*  
*vernador José Gomes Borges, afluía grande número de ha*  
*bitantes para as matas do Castelo onde se descobrira*

---

<sup>1</sup>Em 1731, Pedro Bueno Cacunda se dirige ao Governo expondo e justificando os seus esforços e trabalhos na região dos Vales do Majeguaçu e Itapemirim. Veja Araripe (1963) pág. 131.

ricas minas de ouro, as quais, despertando a avidez de muitos, tornaram aquele lugar o mais procurado da Capitania. No intuito de conservar a paz e a tranquilidade entre os povos que estabeleciam-se naquelas paragens, foi nomeado Domingos Correira Silveira para o cargo de Capitão do distrito dessas minas por patente de 25 de Agosto de 1752. Essa população que assim dirigia-se para essa região começou logo a edificar casas e formar uma pequena povoação, cuja igreja em 1754 foi ereta em matriz sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição das Minas do Castelo. A constituição dessa povoação, seguiu-se também a do Caxixe, Arraial Velho, Salgado e Ribeirão, que se acham hoje completamente extintas e até desconhecidos os lugares em que foram estabelecidas. A formação desses povoados, começados pelo desejo de se extrair ouro das ricas minas existentes no importante Vale do Castelo cujos vestígios ainda hoje ali são observados, mostra que naqueles tempos muitos indivíduos se animaram a se afastarem do litoral, procurando o Centro dos Sertões, onde um solo mais fértil também lhes prometia uma lavoura mais abundante e lucrativa".<sup>2</sup>

A guerra entre Índios e portugueses tornou-se mais intensa após 1763, o que resultou na expulsão dos invasores, em 1771, de todos os esta

---

<sup>2</sup>PENNA, Misael Ferreira. *História da Província do Espírito Santo*. Typographia de Moreira, Rio de Janeiro, 1878, pág. 83 e 84.

belecimentos das minas para a foz do Rio Itapemirim, onde fundaram a povoação com este nome.

Somente em 1809, as minas voltaram a ser reativadas. Até que, em 1845, foi fundado o Aldeamento Imperial Afonsinho para os índios Puris, já enfraquecidos e dominados.

No período entre 1858/71, os índios foram aos poucos abandonando o Aldeamento, o que caracterizou uma decadência. Apesar disso, no final desse período, o aldeamento foi elevado à categoria de Freguesia, sob a denominação de Nossa Senhora da Conceição do Castelo.

Caracterizado pela guerra de conquista, exploração das minas e decadência, esses tempos foram palco de uma grande transformação. Os Índios, *aculturados e dominados* pelos portugueses, perderam a hegemonia sobre a região que permanecia praticamente isolada do resto do mundo.

Com o início do ciclo do café começaram a se formar fazendas e a chegar escravos, que propiciaram a colonização de parte do Município e outra grande transformação na estrutura demográfica e na cultura da região.

Mesmo assim, a estagnação da região não foi vencida e a Vila de Conceição de Castelo jamais ultrapassou os limites do aldeamento, traça dos há mais de um século.

Quando em 1888 foi assinada a Lei Áurea, existiam na região 14 fazendas: Santo Antonio do Areião, Formosa, Mon'Fort, Viçosa, Pedra Limpa, Araponga, Montevidêo, Água Limpa, Pindobas, Providência, Lavrinhas, Tapera, Bananeiras e Viçozinha.



### 2.3. A CRISE EUROPÉIA E A IMIGRAÇÃO ITALIANA

Em 1892, chegaram os primeiros imigrantes italianos. As reduzidas aberturas na floresta virgem foram exploradas com culturas de café. Iniciou-se, aí, mais uma transformação importante da estrutura demográfica da região, que hoje é povoada por descendentes de portugueses, indígenas, negros e italianos. Até 1909, quando foi inaugurada a Capela de São Pedro, haviam ocupado as fazendas de Viçosa, Providência, Lavrinhas, Bananeiras e Tapera.<sup>3</sup>

Em 1923, em Venda Nova, quando ainda eram necessários dois dias para chegar até Castelo, foi construído o cemitério; algumas famílias partiam nesse ano para Marilândia, no Norte do Estado.

Entre 1920/30, são obtidos bons resultados no plantio de café, chegando a justificar a instalação de linha telefônica até Venda Nova (em 1923).

No ano seguinte é inaugurada a primeira usina hidroelétrica, com capacidade para iluminar algumas casas e a capela.

Em 1930, auge da crise mundial e da queda dos preços de café, iniciou-se a fase de abertura de estradas feitas a enxadão e o ciclo da exploração de madeira, principalmente o cedro, que foi até 1950, quando 2/3 das matas já tinham sido destruídas. No início desse período, chegou a Venda Nova o primeiro caminhão Ford 29 carregando um trator.

---

<sup>3</sup>Em 1892, Amadeo Venturim, José e Angelo Altoé compram parte das fazendas Viçosa e Providência, respectivamente. Até 1909, quando foi inaugurada a Capela de São Pedro, já haviam chegado os Carmielli, Cola, Zorzal, Destefani, Mascarelo, Zandinadi, Caliman, Falqueto, Perim, Minetti, Sossai, Lorenção, Filletti, Del'Pupo, que ocuparam as fazendas de Lavrinhas, Bananeiras, Providência e Tapera.

Apareceram os primeiros rádios, e a população ingressa maciçamente no Movimento Integralista. Desiludida com os resultados da crise econômica e tomada dos tradicionais valores cristãos, a população dessa região engajou-se, esperando que a doutrina fascista pudesse lhe trazer dias melhores. Foi um grande engano. Em 1937, o Estado Novo derrota o Integralismo. Logo depois, inicia-se a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, e, posteriormente, o Brasil alinha-se contra os países do Eixo.

Em 1945, foi criada a Escola Dramática e Musical Santa Cecília e, no ano seguinte, o Rio Branco Futebol Clube.

#### 2.4. AS NOVAS COMUNICAÇÕES E O DESENVOLVIMENTO URBANO

Entre 1950 e 1960, o café voltou a alcançar boa estação no mercado e a produção atingiu seu auge. Iniciaram-se os trabalhos de demarcação e abertura da estrada BR 262. Começaram a aparecer os acampamentos das empresas construtoras.

O povoado consolida-se como núcleo urbano e nas décadas seguintes surgem os primeiros loteamentos. Foi inaugurada a estrada BR 262 e iniciou-se a construção do colégio e do hospital.

Delineou-se gradativamente o embrião do Espaço Urbano de Venda Nova, que passou a ter papel de centro urbano microrregional de comércio e serviços.

Em 1963, foi criado o Município de Conceição de Castelo e Venda Nova passou à categoria de sede do Distrito de mesmo nome. A partir de 1970, a vila expande-se, tendo como fator de desenvolvimento a localização no encontro da rodovia estadual ES 166, ligando Venda Nova a Castelo, com a federal BR 262, que liga Belo Horizonte a Vitória.

### 3.

## ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

---

### 3.1. POPULAÇÃO

A população do Município é composta por remanescentes dos diversos grupos que a povoaram: os Puris, indígenas que primitivamente dominavam a região, os portugueses que a conquistaram, os negros sequestrados na África para o trabalho escravo e, por fim, os imigrantes italianos, expulsos da Europa pelas condições sócio-econômicas desfavoráveis.

No distrito de Conceição do Castelo predominam os originários dos três primeiros grupos, enquanto que em Venda Nova predominam os descendentes dos italianos. Somavam um total de 16.620 habitantes, em 1977 (Quadro 2).

Se observarmos a evolução da população a partir de 1960, constatamos que permanece quase estacionária e que a participação na população total do Estado decresce, o que significa uma razoável taxa de emigração. Nos últimos 10 anos, o Município perdeu para outras regiões do Estado do Espírito Santo, um total de 2.086 habitantes (Quadro 3). Apesar desta perda, Conceição do Castelo figura entre os poucos municípios do Estado do Espírito Santo que aumentaram sua população nas duas últimas décadas. Neste período, saíram do Estado cerca de 260.000 capixabas e dos 53 municípios, 16 permaneceram estacionários e somente os outros 14 aumentaram em número de habitantes.

Além desse movimento para fora do Município, grandes transformações ocorreram em seu interior. Enquanto a população do Distrito-sede de

crece, diminuindo de 9.574, em 1970, para 9.308, em 1977, a de Venda Nova eleva-se de 5.486 para 7.312 no mesmo período. É importante destacar que esse crescimento populacional de Venda Nova deu-se na área urbana deste Distrito, que passou de 950 habitantes a 2.689 habitantes nos últimos sete anos (Quadro 2).

Concomitantemente, as últimas informações indicam que, tanto a natalidade, como a mortalidade, têm crescido nos últimos anos. A mortalidade infantil que havia atingido 9,9 p.p. mil em 1973, o mais baixo nível do Estado, em 1975 já tinha atingido 44,8 p.p. mil (Quadro 4).

Dentre a população residente com 10 anos ou mais, que constitui o segmento economicamente ativo da mão-de-obra, a maioria (60%) não possui rendimento algum, o que demonstra a estrutura produtiva familiar e patriarcal na região; 14% tem rendimento mensal de até dois salários mínimos e apenas 13% possui rendimento acima deste nível. Portanto, o nível médio de renda da população é bastante baixo (Quadro 2.b).

### 3.2. EDUCAÇÃO

A comunidade municipal tradicionalmente envia seus filhos para estudar fora, em cidades maiores. Mas isso aos poucos os afasta da vida e dos problemas de sua gente, e são raros os que retornam, representando uma grande perda para a comunidade.

Na década de 1960/70, surgiu um movimento para a criação de uma escola em Venda Nova, voltada para a formação de técnicos para as necessidades locais. Toda a comunidade contribuiu mas, infelizmente, e sem explicações, as propriedades rurais e máquinas conseguidas para esta escola foram vendidas e hoje uma parte das instalações está alugada para outras atividades e parte é ocupada pelo Colégio Salesiano Pedro

Palácios, onde é ministrado ensino de 1º e 2º Graus. Recentemente foi inaugurado um Ginásio em Conceição do Castelo. Um dos maiores problemas destes estabelecimentos é conseguir professores devidamente treinados para ministrar as aulas.

Os estabelecimentos de ensino de 1º Grau no Município, são em número de 94, sendo 85 da rede estadual, sete da rede municipal e dois particulares (Quadro 5). Realizaram um total de 3.115 matrículas, o que proporciona uma taxa de escolarização de 77,63%. Embora esta taxa esteja abaixo da média estadual, o Índice de alfabetização de 62,24% da população é superior à média Estadual (Quadros 5, 6, 7 e 8).

Na Microrregião Vertente Oriental do Caparaó, da qual o Município faz parte, a maioria das pessoas que interromperam os estudos o fizeram pela necessidade de trabalhar (36,7%), pela falta de escola (21,28%) ou pela distância da escola (11,74%). Outros 7,72% alegaram a falta de recursos e 12,3% não queriam estudar (Quadros 9 e 10).

Para evitar que a evasão escolar e o analfabetismo aumentem, são importantes ações como:

- a) voltar o ensino para as necessidades locais;
- b) completar a rede escolar através de critérios adequados para a localização de novas escolas;
- c) treinar educadores que conheçam a realidade local.

### 3.3. PRODUÇÃO

Não se dispõe, infelizmente, das informações do valor da produção municipal. Sabe-se, porém, que a produção industrial é pequena e que existiam, em 1967/77, 13 unidades industriais. Uma atuava no campo dos minerais não metálicos, sete eram madeireiras, três dedicavam-se à produção alimentar, e duas destilavam bebidas (Quadro 11). As indústrias madeireiras são constituídas por pequenas serrarias, uma vez que as poucas matas já estão esgotadas dos espécimes maiores, e por algumas indústrias de carvão vegetal. Essas, apesar de licença, destroem áreas de florestas naturais, importantes porque escassas, e frequentemente assentadas sobre terrenos de inclinação elevada, sujeitos à erosão. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal não tem melhores condições de atuar na fiscalização destas explorações, apesar de licenciá-las.

As mais importantes indústrias alimentares também exploram a floresta, industrializando o palmito. Vêm de fora, instalam-se e partem levando o recurso natural, deixando as matas vazias.

No setor agrícola, a produção mais importante quanto ao valor da produção, é o café, depois vêm os produtos avícolas e o tomate.

As cotas de ICM creditadas ao município cresceram a taxas inferiores à média estadual, diminuindo a sua participação sobre o total do Estado (Quadro 12).

No período entre 67/77, houve aplicação do BANDES/GERES/FUNRES somente no ano de 1970, num total de Cr\$ 94.600,00 (noventa e quatro mil e seiscentos cruzeiros), equivalente a 0,71% das aplicações feitas no Estado.

O total de financiamentos obtidos no ano de 1970, foi da ordem de Cr\$ 1.162.000,00 (hum milhão, cento e sessenta e dois mil cruzeiros) sendo a maioria aplicada no custeio da produção (Cr\$ 630.000,00) e em investimentos (Cr\$ 420.000,00). Esse total corresponde a 2,13% do total de financiamentos agrícolas realizados no Espírito Santo (Quadros 13 e 13.a).

A eletrificação rural, em 1977, atingia 79 propriedades, o que corresponde a 7,74% das propriedades, com uma extensão de 41km de linhas.

### 3.3.1. PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Consta das estatísticas (1960/76) que o Município produz, pelo menos, 18 dos 25 principais produtos agrícolas que já produziu no período. Destas, 12 são culturas permanentes. A produtividade das terras tem caído consideravelmente. A melhor produtividade se dá em regime de pequenas propriedades, que são responsáveis pela maioria da produção (Quadro 14).

As culturas mais importantes, segundo a área de cultivo, são: café, milho, feijão, banana, arroz, batatinhas, laranja, mandioca, tangerina e tomate (Quadro 15). Desses, os três primeiros se destacam, e todos tiveram sua área de cultivo reduzida nos últimos anos.

Quanto à participação na produção estadual, as mais importantes são: uva, batatinha, feijão, tangerina, alho, abacate, tomate, cebola, banana e café (Quadro 16). Também, a participação na produção total do Estado tem caído para todas essas culturas.

No Quadro 17, podemos observar o rendimento das culturas citadas anteriormente e verificar a terceira conclusão importante: via de regra, a produtividade por ha diminuiu nos últimos anos (Quadro 16.a).

### 3.3.2. PRODUÇÃO ANIMAL

O município se destaca entre os maiores produtores de ovos e carne de galinha, contribuindo, respectivamente, com 18,26% e 6,46% da produção estadual (Quadro 18).

O gado bovino e suíno, também estão presentes na região mas com participação bem menor (Quadro 17).

### 3.4. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

O Município administra os bens públicos locais correspondentes a 1,48% dos imóveis rurais e a 1,29% da superfície de todos os imóveis rurais existentes no Espírito Santo. A maioria dos imóveis são pequenas propriedades de até 20 alqueires mineiros ( $\approx$  100ha). Dos 1.020 imóveis rurais existentes no município, 94,47% tem superfície inferior a 100ha. Em 1975, esses pequenos imóveis cobriam 60% da superfície do Município. Entretanto, esses números diminuíram e já se constatou o desaparecimento de cerca de 20 mil pequenas propriedades no Espírito Santo, de 1976 a 1977. As duas maiores propriedades que, em 1975, cobriam 7,82% do Município, ocupam hoje uma superfície maior, o que indica transformações no regime de propriedade e no sistema produtivo (Quadro 19).

No meio urbano algumas pequenas propriedades já estavam loteadas em 1975. Como fruto da Cooperação Técnica FJSN-PMCC, foi realizado em 1978 um cadastro dos imóveis urbanos que revelou a existência de 1.763 imóveis urbanos no município. Destes, 1.285 (72,9%) estão situados no perímetro urbano de Venda Nova (Distrito) e 477 (27,1%) na sede municipal (Quadro 20).



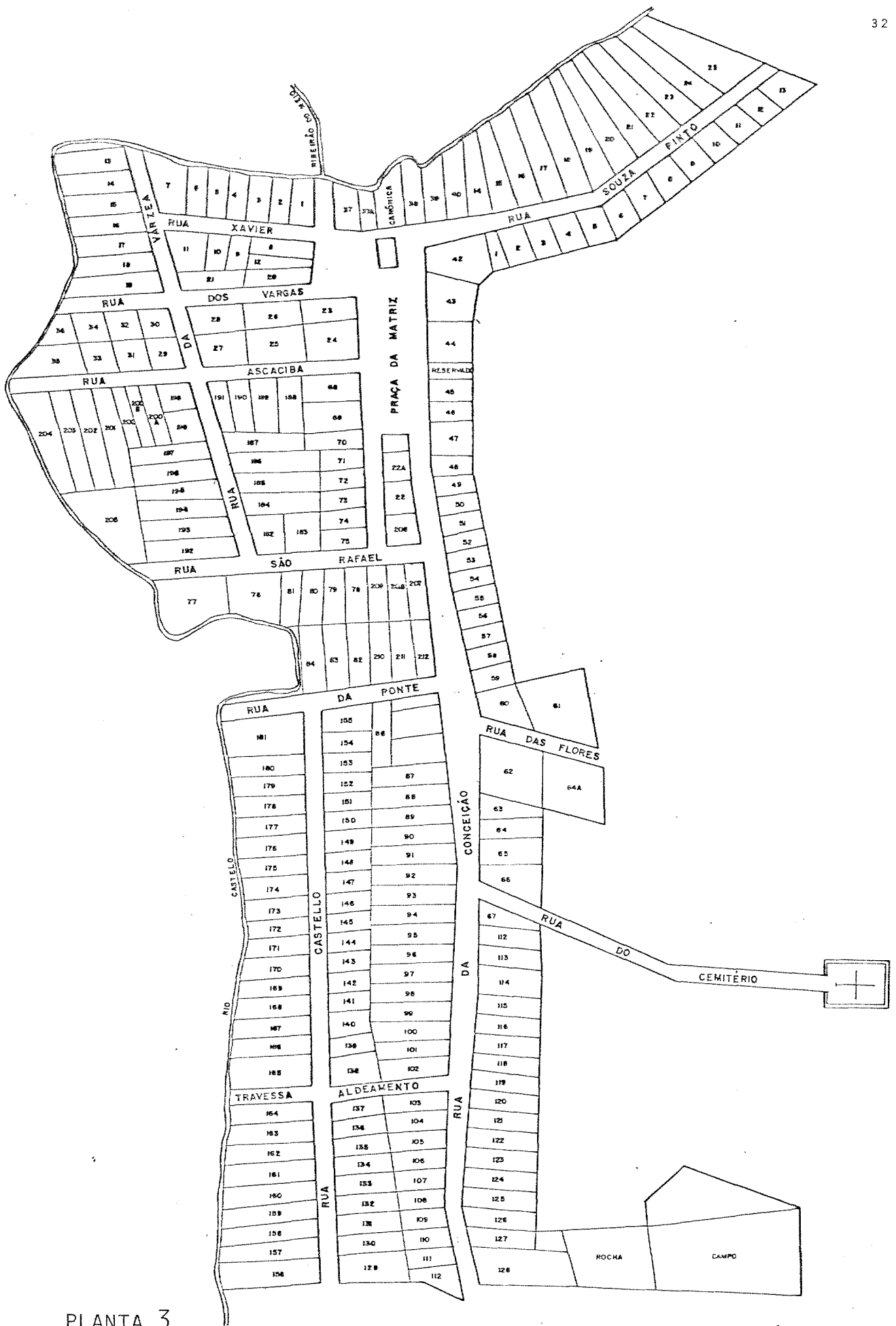
## 4.

## OS ESPAÇOS URBANOS

## 4.1. EVOLUÇÃO

Os lotes urbanos da sede do Município surgiram a partir de 1845, na implantação do Aldeamento Imperial Afonsinho e de forma planejada: com os traçados das ruas, divisão dos lotes e localização dos principais equipamentos definidos (Planta 3). Era base para exploração das minas de ouro da região e se constitui no único exemplar remanescente desse tipo de estabelecimento urbano no Espírito Santo. Desde então, não houve expansão do Perímetro Urbano e o seu desenho ainda obedece o traçado primitivo. Viveu-se aí, uma longa fase de estagnação e decadência econômica que só recentemente começou a ser vencida. Ao estudar-se a expansão do Perímetro Urbano de Conceição do Castelo, é necessário levar em conta a preservação de seu traçado, cujo valor histórico poderá, também, ser explorado turisticamente. Hoje, todos os terrenos da sede municipal pertencem à Prefeitura Municipal, sendo as suas posses garantidas por aforamentos e sujeitas a pagamento anual de laudênios (Mapa 3).

Os lotes urbanos do Distrito de Venda Nova surgiram pelo parcelamento recente de propriedades agrícolas, adquiridas no final do século passado e no início deste. Núcleo urbano de entroncamento rodoviário, de um processo dito *espontâneo*, sem planejamento, desconectado, Venda Nova foi surgindo no encontro da BR 262, inaugurada em 1967, e da ES 166, pavimentada em 1970. Vários parcelamentos e muitas propriedades, ainda não estão regularizados na Prefeitura Municipal, no INCRA ou no Cartório (Mapa 4).



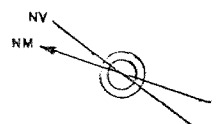
### PLANTA 3

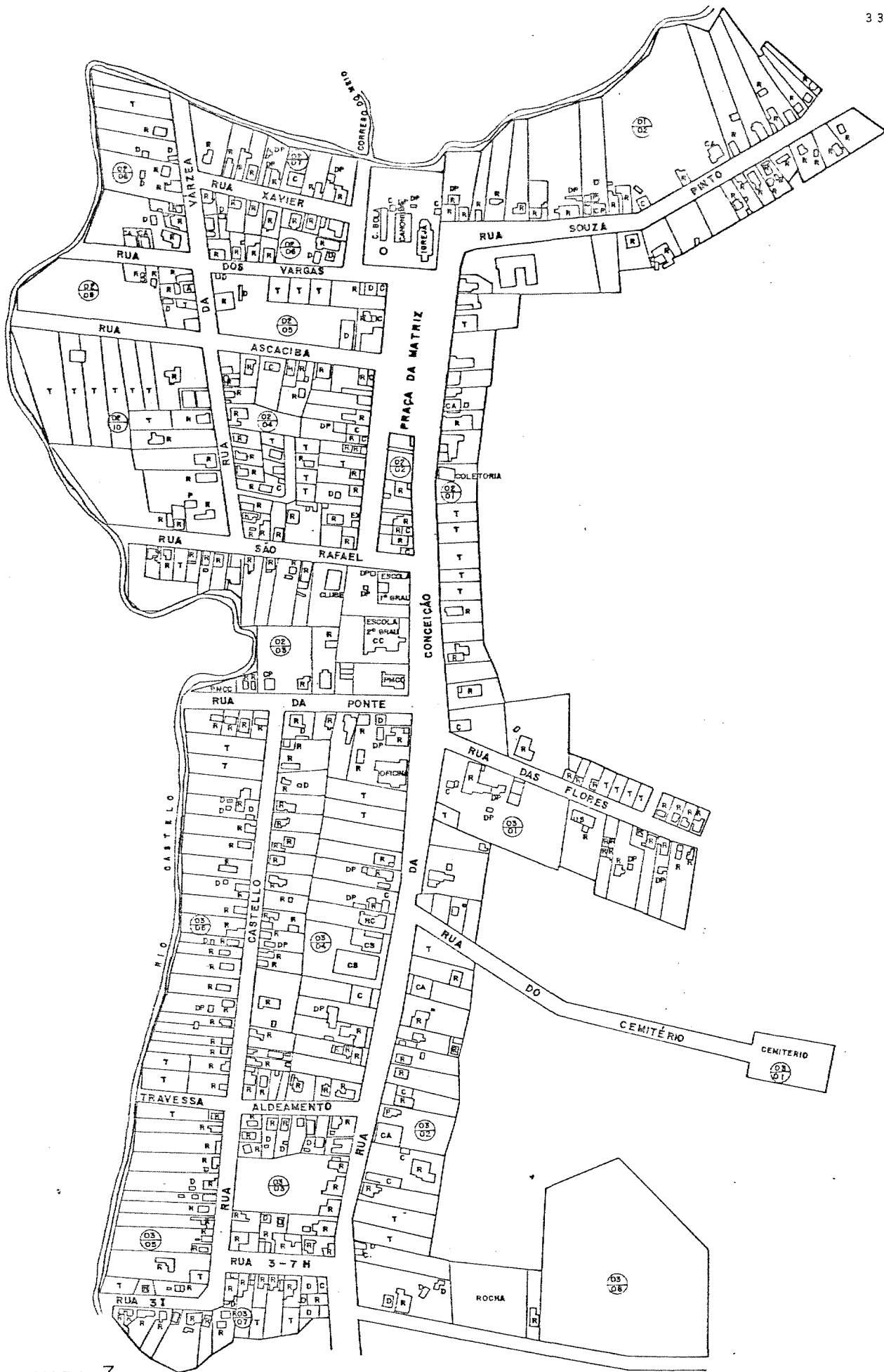
PLANTA DA ZONA URBANA DA SEDE DE CONCEIÇÃO DE CASTELO

ÁREA : 303 500 m<sup>2</sup>

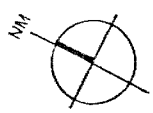
ESCALA : 1 / 4 000

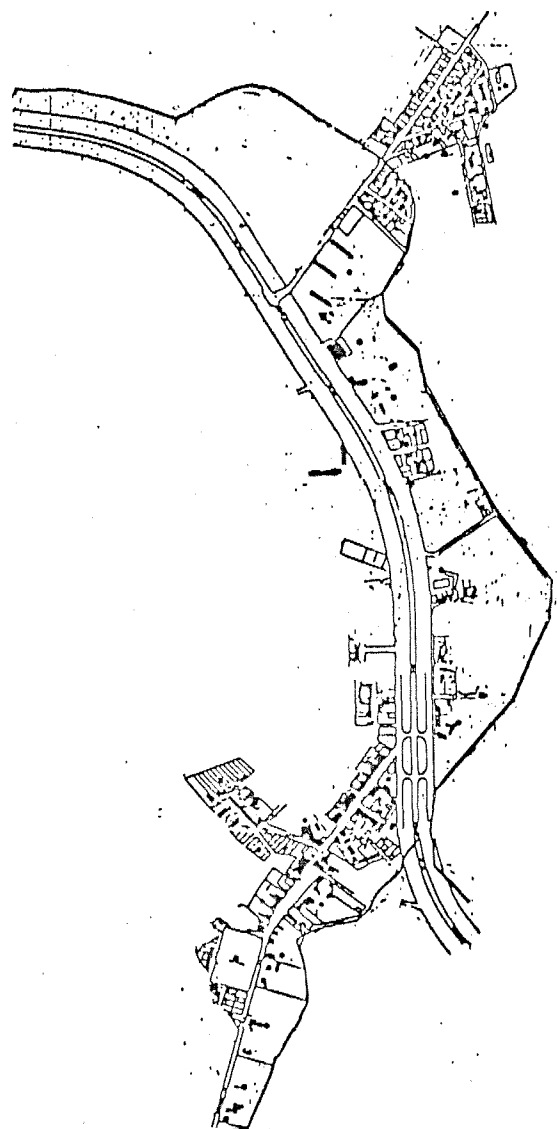
OBS.: COPIADO EM 4/7/79 POR ELISABETH F. CHECON DO ORIGINAL DESENHADO POR MANOEL RIBEIRO SOARES EM 1/8/57



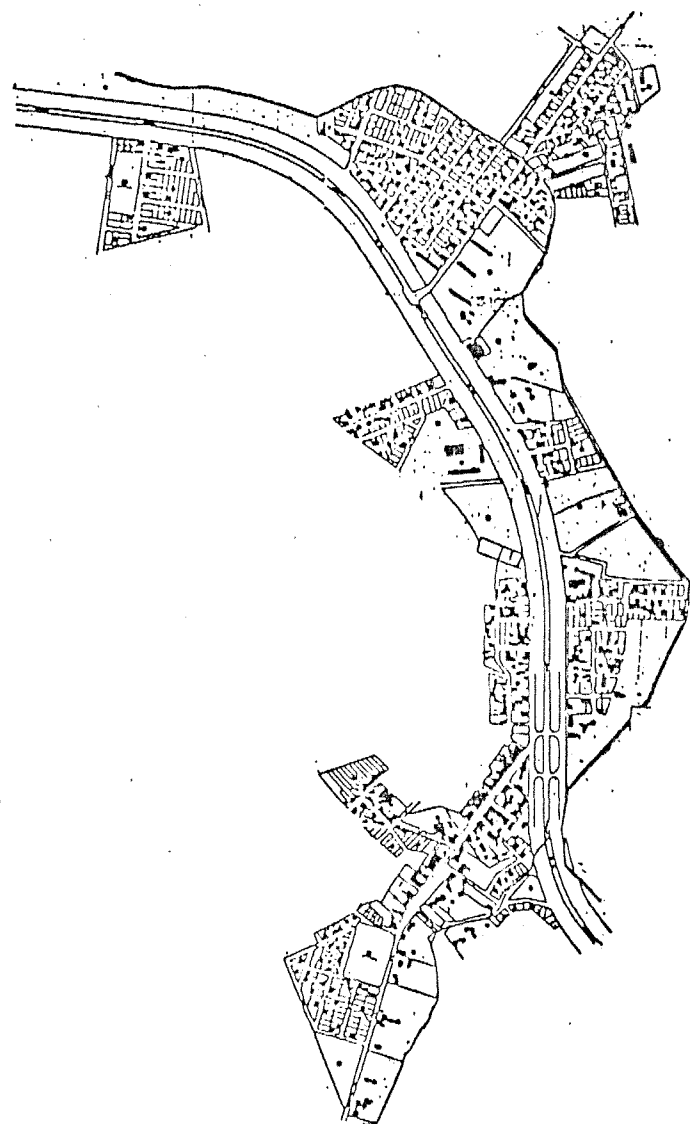


**MAPA 3**  
**PLANTA CADASTRAL DA ZONA URBANA DA SEDE DE CONCEIÇÃO DE CASTELO**  
ESCALA : 1 / 4000  
DATA : 4 / 7 / 79  
DESENHISTA : BETM



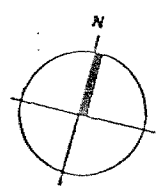
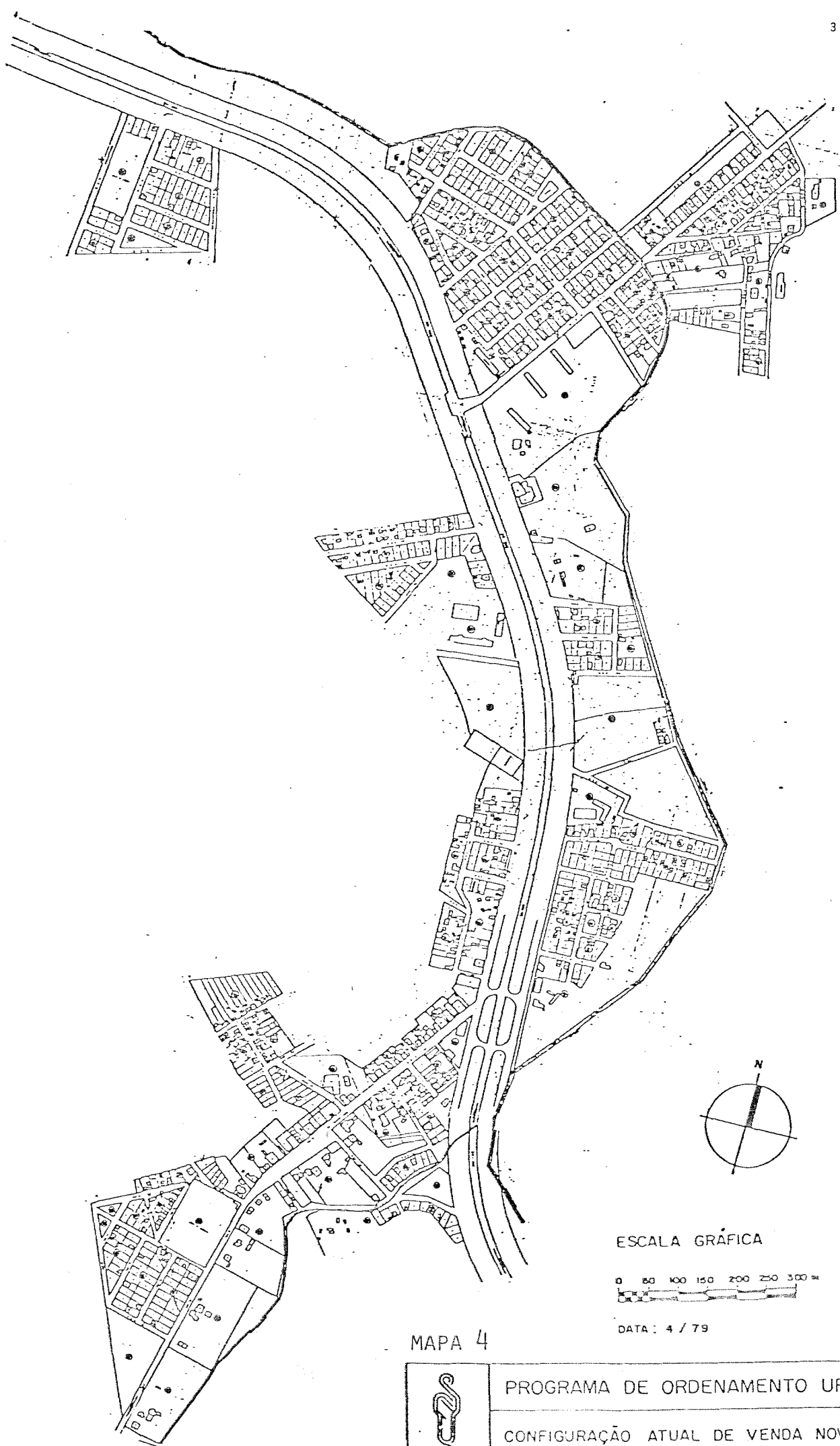


OCUPAÇÃO 1972

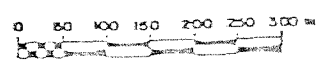


OCUPAÇÃO 1978

PLANTA 4  
EVOLUÇÃO URBANA DA SEDE DISTRITAL  
DE VENDA NOVA



ESCALA GRÁFICA



DATA : 4 / 79

MAPA 4

	PROGRAMA DE ORDENAMENTO URBANO
	CONFIGURAÇÃO ATUAL DE VENDA NOVA

DESENHO : BETH

Observa-se que, enquanto Conceição do Castelo é uma vila que viveu, até recentemente, uma fase de estagnação, após nascer de uma ação planejada, Venda Nova, ao contrário, surge sem planejamento inicial, de uma fase recente de grande dinamismo, que ainda não acabou, tendo como foco a comunicação rodoviária. Isto vem justificar porque as ações de planejamento urbano, ora expostas, foram concentradas no espaço urbano de Venda Nova. O crescimento explosivo desta vila<sup>4</sup>, exigiu, nesta fase do processo, maior atenção: hoje, 70,7% dos estabelecimentos residenciais, 68,4% dos comerciais, 75% dos industriais e 80% dos serviços situados nas duas áreas urbanas, localizam-se em Venda Nova (Quadro 20).

#### 4.2. INFRA-ESTRUTURA

As malhas urbanas são servidas por equipamentos de infra-estrutura em alguns trechos, porém o crescimento descontínuo e desordenado, impede o processo de expansão a partir de uma visão global. Como consequência, tais serviços são subdimensionados, improvisados e estão sempre a exigir melhorias. A existência de um plano permitirá, a longo prazo, o planejamento e implantação da rede de águas, esgotos, energia elétrica, telefones e rede viária em caráter de permanência.

---

<sup>4</sup>Este crescimento explosivo de Venda Nova se deve a sua localização privilegiada, qual seja, no entrocamento de duas rodovias asfaltadas, e, também, ao estágio relativamente mais avançado na evolução das forças produtivas da população que colonizou sua área de influência.

O sistema de esgotos sanitários e águas pluviais, atende parcialmente à cidade, porém é incompleto e subdimensionado. A Prefeitura já contratou a elaboração do projeto de esgotos para Venda Nova, estando previsto também a realização do de Conceição do Castelo.

O abastecimento de água é realizado pela Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, que há alguns anos implantou os sistemas de tratamento e distribuição nas duas áreas urbanas. Em Venda Nova, devido o seu crescimento explosivo, a capacidade do sistema está esgotada e deverá ser ampliada proximamente.<sup>5</sup>

A energia elétrica é fornecida pela ESCELSA, que atende de maneira satisfatória, porém, sofre, também, dos problemas causados pela contínua expansão da demanda.

Existem três postos telefônicos em Venda Nova e um na sede municipal. O projeto para implantação de uma rede telefônica na primeira, acaba de ser realizado.

O Sistema Viário Urbano não oferece os equipamentos adequados à sua função, mesmo nas vias principais que estão pavimentadas. A maioria das outras apresenta pavimento em terra, ausência de passeios e de arborização.

A Praça de Conceição do Castelo é a única que recebe algum tratamento. Em Venda Nova não existe praça pública, embora alguns poucos terrenos estejam reservados para essa finalidade. O lazer é praticado nos terrenos vagos e nas ruas.

---

<sup>5</sup>Veja, em Anexo, informações sobre o *Sistema de Abastecimento de Água de Venda Nova*.

Têm sido realizados investimentos de maneira setorizada, dedicados pessoalmente. A aplicação dos recursos em obras deve ser feita dentro de programas plurianuais escalonados a partir de prévio planejamento e de acordo com os interesses da comunidade, canalizadas as suas reivindicações.

#### 4.3. HABITAÇÃO

Na região Vertente Oriental do Caparaó, da qual o Município faz parte, há predominância de residências de alvenaria. As outras são de taipa (17%), madeira (7%) ou resíduos (Quadro 21). Predomina a residência unifamiliar, do tipo casa (94%), ou barraco (3,9%) (Quadro 22). Na região, 69,4% dos domicílios estão no meio urbano, enquanto no município é menor esta percentagem (52%) (Quadro 23).

Neste, existem cerca de 2.721 domicílios com uma média de seis habitantes para cada, o que é acima da média estadual. Desses, 76,3% não estão equipados com rede de esgoto, e 23,3% não possuem qualquer tipo de instalação sanitária. Somente 48% tem energia elétrica, a maioria é equipada com fogão (92,8%) e destes, 82,95% usam a lenha como combustível (Quadro 24).

Tem-se, portanto, um quadro tipicamente rural, relativamente pobre, estruturado para abrigar famílias numerosas, cuja melhoria tem, como condição preliminar, uma melhor remuneração da produção local.



## 5.

## ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Criada em 1963, a Prefeitura Municipal vinha desenvolvendo suas atividades sem, no entanto, conseguir fazer frente aos problemas urbanos que vinham aumentando aceleradamente. Dotada de uma estrutura organizacional modesta, carecia dos instrumentos jurídicos e operacionais adequados para acompanhar o dinamismo que passou a ter a região após a abertura das estradas.

A Administração Municipal, até 1978, não podia realizar a receita tributária de forma adequada e justa, dada a inexistência da delimitação do Perímetro Urbano de Venda Nova, e de um adequado Cadastro Imobiliário Urbano. Não dispunha de uma cartografia completa, necessária para a programação das instalações de infra-estrutura e dos equipamentos de sua responsabilidade, que lhe permitisse uma gestão eficiente. A situação era também deficiente no que diz respeito aos recursos humanos, necessitando de uma política de aperfeiçoamento e reestruturação de pessoal não só quanto à sua adequação à realidade municipal, mas, também, quanto ao seu treinamento.

As instalações físicas da Prefeitura são, até hoje, insuficientes e inadequadas para o desenvolvimento de suas funções de prestar serviços, planejar, administrar e gerir os recursos públicos, necessitando também de adequação.

A mudança desse quadro começa a se operar com a iniciativa do atual Prefeito Municipal de iniciar um processo de planejamento para atacar os principais problemas urbanos e administrativos. Um convênio com

a FJSN, foi firmado e os trabalhos começaram a ser realizados. Foi delimitado o Perímetro Urbano de Venda Nova, atualizado o Código Tributário e regulamentada sua rotina, executado e colocado em operação o Cadastro Imobiliário Urbano.

Com esses trabalhos, dotou-se a Prefeitura Municipal de uma base cartográfica atualizada, e de um arquivo de dados dos imóveis urbanos, importantes instrumentos para o controle do processo de urbanização e programação dos investimentos públicos; a administração municipal passou a contar com um eficiente sistema cadastral fiscal, que propiciou um aumento de arrecadação do IPTU em mais de dez vezes, tendo passado de Cr\$ 36.454,00 (trinta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e quatro cruzeiros), em 1977, para Cr\$ 419.063,00 (quatrocentos e dezenove mil, sessenta e três cruzeiros) em 1978 (Quadro 25).

Ainda dentro desse processo, encontra-se, no momento, em fase de implantação a Modernização Administrativa da Prefeitura, que organizou sua estrutura funcional e organizacional e elaborou um plano de cargos e salários dos servidores municipais. Para fazer frente aos problemas urbanos, do parcelamento do solo e da construção de edificações, propôs-se também a criação de um Conselho, composto por elementos representativos da população e da Administração, para o assessoramento do Prefeito em assuntos de problemas urbanos. E, ainda, contrataram-se estudos de saneamento e desenho urbano, que fornecerão diretrizes para garantir condições ambientais mínimas a uma boa qualidade de vida urbana.

CAPÍTULO II  
INDICAÇÕES E PROPOSIÇÕES PARA O  
ORDENAMENTO URBANO E APARELHAMENTO ADMINISTRATIVO

---

## 1.

## INTRODUÇÃO

---

Se aceitarmos que a sociedade humana se organiza para a produção, em formas mais avançadas em termos de realização do homem, não podemos deixar de admitir que, na história, muitas sociedades sucumbiram por não encontrarem maneiras de superar impasses, problemas ou carências, por não saber explorar os recursos e as alternativas de que dispunha, ou por se lhes sobreporem sociedades mais avançadas, dotadas de tecnologia e de capital.

As mudanças ocorridas no espaço municipal, desde as sociedades primitivas até a <sup>atual</sup> ~~qual~~, é a história da ocupação desse espaço e de sua exploração, determinada pela luta pela sobrevivência e conflito de nações diferentes, onde o mais forte sempre venceu pela força ou pelo poder econômico e político.

Esse processo de ocupação fundamentou-se na destruição dos primitivos habitantes e na formação de uma comunidade diferenciada, composta de proprietários e trabalhadores de diversas origens nacionais e culturais, e em diferentes níveis de riqueza, tecnologia e organização.

Tal quadro encontra, agora, um vetor de transformação, quando a organização comunitária e produtiva defronta-se com o enquadramento da região na divisão inter-regional de funções através da sua especialização e da aplicação de grandes capitais.

O planejamento se constitui numa intervenção deliberada, baseada em um conhecimento analítico do processo sócio-econômico e de suas leis, estabelecendo objetivos a partir de intenções baseadas em referências previamente definidas.

A análise sucinta apresentada no Capítulo I, procurou evidenciar as principais características e os movimentos mais importantes que ocorrem na região. A população, de maneira geral, é pobre, estando situada num quadro de empobrecimento: observa-se um alto índice de emigração, uma concentração progressiva da propriedade da terra e uma queda na produtividade agrícola. Constata-se, ainda, um crescimento da urbanização e um aumento da mortalidade infantil, uma significativa taxa de evasão escolar e um baixo índice de alfabetização; a exploração agressiva dos recursos naturais ameaça o equilíbrio ecológico, bastante frágil na região.

Presencia-se, enfim, a uma queda da qualidade de vida, principalmente nos meios urbanos, onde a administração pública, carente de recursos, não tem conseguido proporcionar as infra-estruturas e os equipamentos básicos.

Este é o quadro resultante de quase um século de colonização desta terra. Enquanto a Natureza oferecia recursos abundantes e de valor para a extração e a coleta, o crescimento econômico a acompanhou, porém, inicia-se, agora, uma fase crítica e decisiva para a sociedade aqui estabelecida. Organizada em pequenas propriedades, não conseguiu ainda desenvolver atividades alternativas de transformação mais elaboradas, que produzissem mais empregos e riquezas para seus filhos, e não têm mais a seu dispor as riquezas naturais de outrora.

Comprometida com a produção para o mercado, a exploração agrícola já não é suficiente para oferecer trabalho e sustento à população que

aquí vive, comprometida com o consumo de bens. Como agravante, o solo continuará perdendo a produtividade até a exaustão, se medidas de proteção não forem tomadas.

A divisão inter-regional capitalista-monopolística do trabalho forjou planos que favorecem sua expansão, transformando a Região em tributária da indústria de resinas de *pinus*, da monocultura do café para exportação e da produção avícola. Essa transformação pode representar socialmente uma ameaça, pela concentração de capital exigida e visto que a extrema dependência criada pela monoeconomia intensiva são expulsoras do homem da terra e cativadora dos poucos que permanecem, especializando-o excessivamente.

A fim de fazer frente a esse avanço, a população deverá organizar-se em programas que poderiam ser incentivados pela administração local, como por exemplo:

- . desenvolvimento de culturas agrícolas, ecologicamente adaptadas;
- . sistemas de proteção dos solos, das encostas e mananciais de água;
- . sistemas de comercialização no qual os produtores tenham maior controle;
- . pequenas agro-indústrias rurais e produções domésticas de alimentos e manufaturas;
- . sistemas educacionais e de assistência voltados para as necessidades locais e com maior envolvimento da comunidade.

A participação da comunidade municipal é fator fundamental para o esclarecimento, programação e execução das políticas setoriais. São apresentadas, a seguir, a título de exemplo, algumas sugestões para ações no campo da economia, educação e urbanismo. Esta última, apresentou um tratamento mais detalhado por ser da área da especialidade dos técnicos envolvidos no trabalho, o que não significa ser a mais

importante. Merecem detalhamento de programação todas as demais políticas setoriais para se obter maior eficácia na administração dos recursos públicos. O processo de planejamento deve ser atingido por uma *programação participativa* em todas as atividades de interesse comunitário e da administração pública, somente assim ele tem sentido e pode vir a atingir seus objetivos.

Para promover o desenvolvimento econômico, devem ser organizadas reuniões, exposições e simpósios entre os produtores, facilitando o intercâmbio de informações, campanhas de esclarecimento e conscientização e assessoramento de organizações. Criação de um horto municipal para o desenvolvimento e criação de culturas adequadas, estudos para assessorar os produtores em seus problemas de produção, comercialização, proteção do solo etc, são medidas que poderiam ser incrementadas.

No setor educacional, conforme ressaltado, é ainda elevado o índice de evasão escolar e analfabetismo. A adequação do sistema educacional à realidade deve ser promovida através do envolvimento e participação dos pais e professores na formação e na aplicação do programa de ensino, bem como suas revisões sucessivas.

No setor Saúde, deve-se, da mesma forma, estabelecer um programa de ação preventiva e educativa contra as moléstias de maior incidência com a participação das pessoas que atuam no setor e da população.

A depreciação do valor histórico de Conceição do Castelo e a expansão desordenada de Venda Nova, além de problemas de propriedade e posse da terra nas duas vilas, somam-se a ausência de instrumentos legais e operacionais para atuar sobre esses problemas. O programa apresentado visa controlar o desenvolvimento e a expansão das áreas urbanas, para uma melhor aplicação dos recursos públicos no seu equipamento com infra-estrutura.

Contraopondo aos planos usuais que optam por um desenho urbano e um zoneamento físico de uso do solo, optou-se por um programa com avaliações sucessivas, a partir de referenciais que forneçam parâmetros de domínio das pessoas envolvidas para o controle da ocupação do solo, apoiadas em um instrumental jurídico e administrativo básico. Assim, como elementos para o controle do processo, regulamentou-se o parcelamento, as edificações e o sistema viário; para o uso do solo foram feitas indicações, as quais deverão ser delimitadas na prática, a partir de sua aplicação. Tal postura deveu-se ao fato de o Distrito de Venda Nova possuir um porte diminuto e encontrar-se, ainda, em fase de transição, com sua vocação indeterminada.

O programa de ordenamento urbano em Venda Nova, foi iniciado com a delimitação do Perímetro Urbano e do Perímetro de Expansão Urbana, através da Lei Municipal nº 23/77, a qual delimitou a área de estudos e o limite da tributação do IPTU, assim como a área urbanizada e a de expansão da urbanização.

Procedeu-se, então, à atualização e regulamentação do Código Tributário (Lei nº 22/77) e elaborou-se o Cadastro Imobiliário Urbano, consistindo de planejamento, preparo, treinamento, levantamento, cálculos, lançamentos e cartografia. Ampliando o número de contribuintes, racionalizando a sistemática e trazendo maior justiça fiscal, através de critérios de classificação de imóveis, o Cadastro recebeu ampla adesão, observada no alto índice de recolhimento. Além do aumento de arrecadação, permitiu um conhecimento real do número de imóveis, das condições de propriedades e do grau de atendimento da infraestrutura, e propiciou a obtenção de uma adequada cartografia planimétrica da cidade. Este material é particularmente útil, como instrumental para as atividades correlatas ao planejamento urbano e administração de obras e urbanismo. A implantação do Cadastro Imobiliário Urbano, encontra-se detalhadamente descrita no Relatório apresentado à Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo pela equipe que o executou.



Para o ordenamento físico da área urbana, procurou-se equipar a administração municipal de instrumentos técnicos e jurídicos, através do Plano de Ocupação do Solo (POS), que procura definir as etapas de urbanização e expansão urbana do Distrito de Venda Nova através do Zoneamento de Ocupação, e estabelecer uma hierarquia para as vias, definindo as categorias, dimensões e tipos de pavimentação das vias através do Sistema Viário Básico.

A realização de loteamentos no Município passa a ser regulamentada pela Lei de Parcelamento, que estabelece as condições mínimas, as restrições e os procedimentos, definindo os requisitos técnicos para os empreendimentos dessa espécie.

Para que os projetos e as construções de edificações urbanas apresentem as necessárias condições de salubridade e segurança, suas condições básicas foram regulamentadas no Código de Obras Municipal.

São, ainda, apresentadas sugestões para a distribuição das atividades em Venda Nova, através das indicações para o Zoneamento de Uso do Solo, que fornece, também, categorias e critérios de classificação para a definição do zoneamento, além de prever pontos onde serão necessárias intervenções urbanas futuras.

Para fazer indicações específicas, para a melhoria da qualidade do espaço urbano, deverá ser realizado um estudo de desenho urbano, que apresentará sugestões para padrões de arruamento, arborizações, praças, ambientações etc.

As condições de saneamento serão objeto de estudo que procurará melhorar a qualidade ambiental, indicando abastecimento, esgoto, drenagens e tratamento de áreas de conservação.

Para fazer face aos novos procedimentos, efetuou-se a Modernização Administrativa, a fim de proporcionar à Prefeitura Municipal condições de assumir as funções de realização do processo de planejamento e administração municipal, através de recursos humanos, financeiros e institucionais, adequadamente sistematizados.

Só a população pode realmente garantir um desenvolvimento equilibrado e uma qualidade de vida agradável. A Prefeitura Municipal deverá criar o Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), que contará com a participação de elementos representativos da população e da administração para a avaliação e implementação do Programa de Ordenamento Urbano e a implantação do processo de planejamento.

A divulgação do programa será antecedida por amplos debates para o acolhimento de sugestões e reivindicações. Os problemas urbanos, gerados por um crescimento desordenado, somente serão equacionados através da participação da comunidade, de forma a possibilitar a melhoria da qualidade de vida da área urbana.

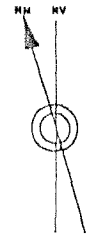
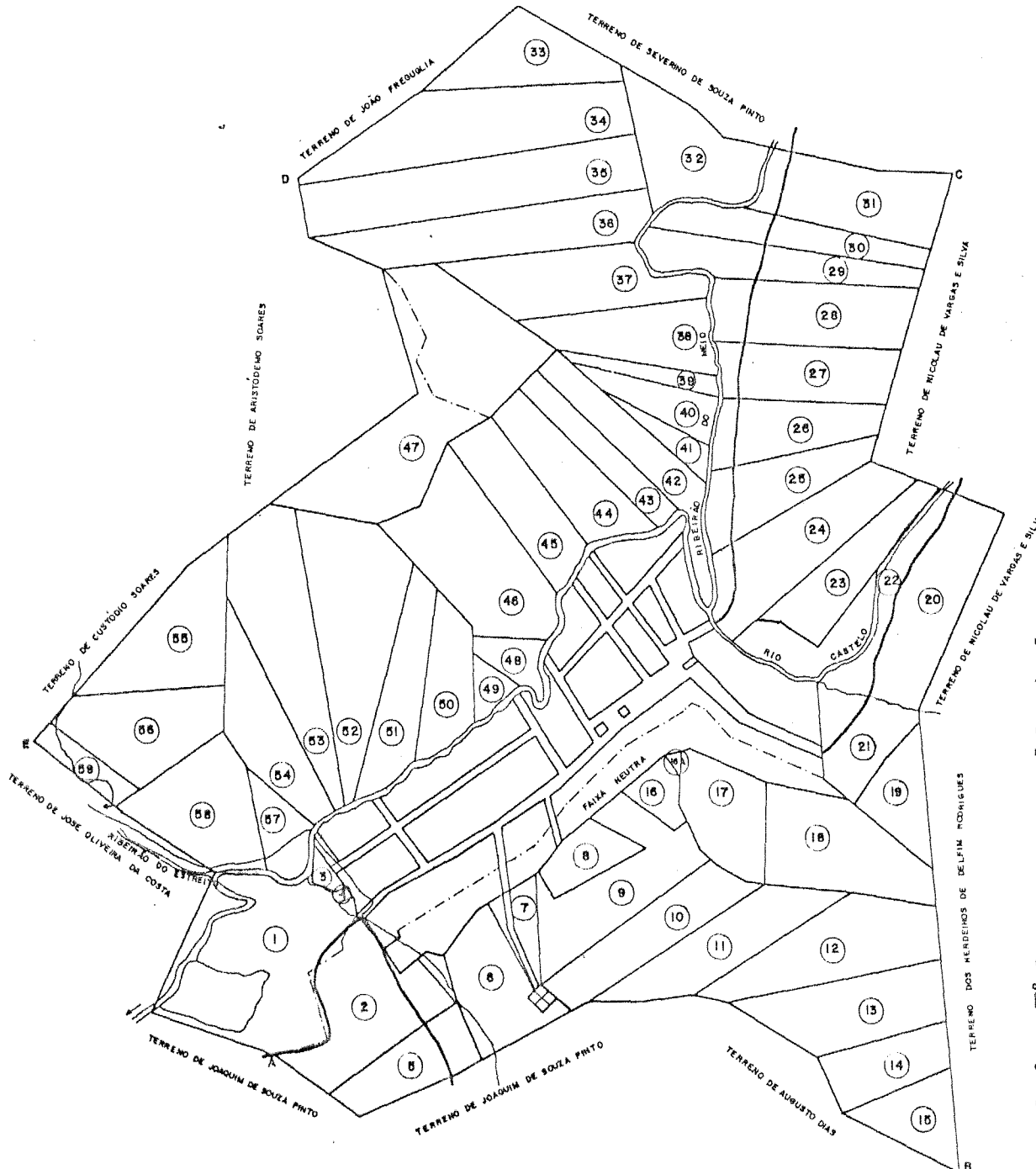
## 2.

## PERÍMETRO URBANO

O Distrito de Venda Nova não tinha delimitado o seu Perímetro Urbano. Os lotes da Vila encontravam-se, portanto, em situação irregular, pois o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA permite a divisão da gleba em lotes urbanos somente se este for dotado de serviços de infra-estrutura e se for reconhecido pelo Poder Municipal. A Prefeitura instituiu através da Lei nº 23/77, de 29 de dezembro de 1977, o Perímetro Urbano do Distrito de Venda Nova, que limita a área dentro da qual a cidade deverá crescer de maneira concentrada nos próximos anos, e a Área de Expansão Urbana, em cujo limite deverá controlar o uso e proteger os recursos naturais, a fim de não comprometer a qualidade de vida da cidade.

Como critério de delimitação do Perímetro Urbano, consideram-se aquelas áreas favoráveis à urbanização, sem a necessidade de grandes investimentos em infra-estrutura ou que já se encontram loteadas. O Plano de Ocupação do Solo (POS) deverá estabelecer as áreas que deverão ser adensadas e nas quais a Prefeitura deverá oferecer os serviços urbanos prioritariamente, constituída pelas áreas já ocupadas, revertendo, desta maneira, os tributos pagos pelos moradores efetivos. Deverá estabelecer, também, aquelas que deverão ser ocupadas em futuro próximo, mediante provimento de infra-estrutura. São indicadas, ainda, as áreas desfavoráveis ao uso urbano, evitando, assim, problemas futuros que seriam causados com a sua ocupação (Mapa 5).

A Área de Expansão Urbana foi delimitada após cuidadosa pesquisa e montagem da estrutura fundiária local, traçando-se seu perímetro nos



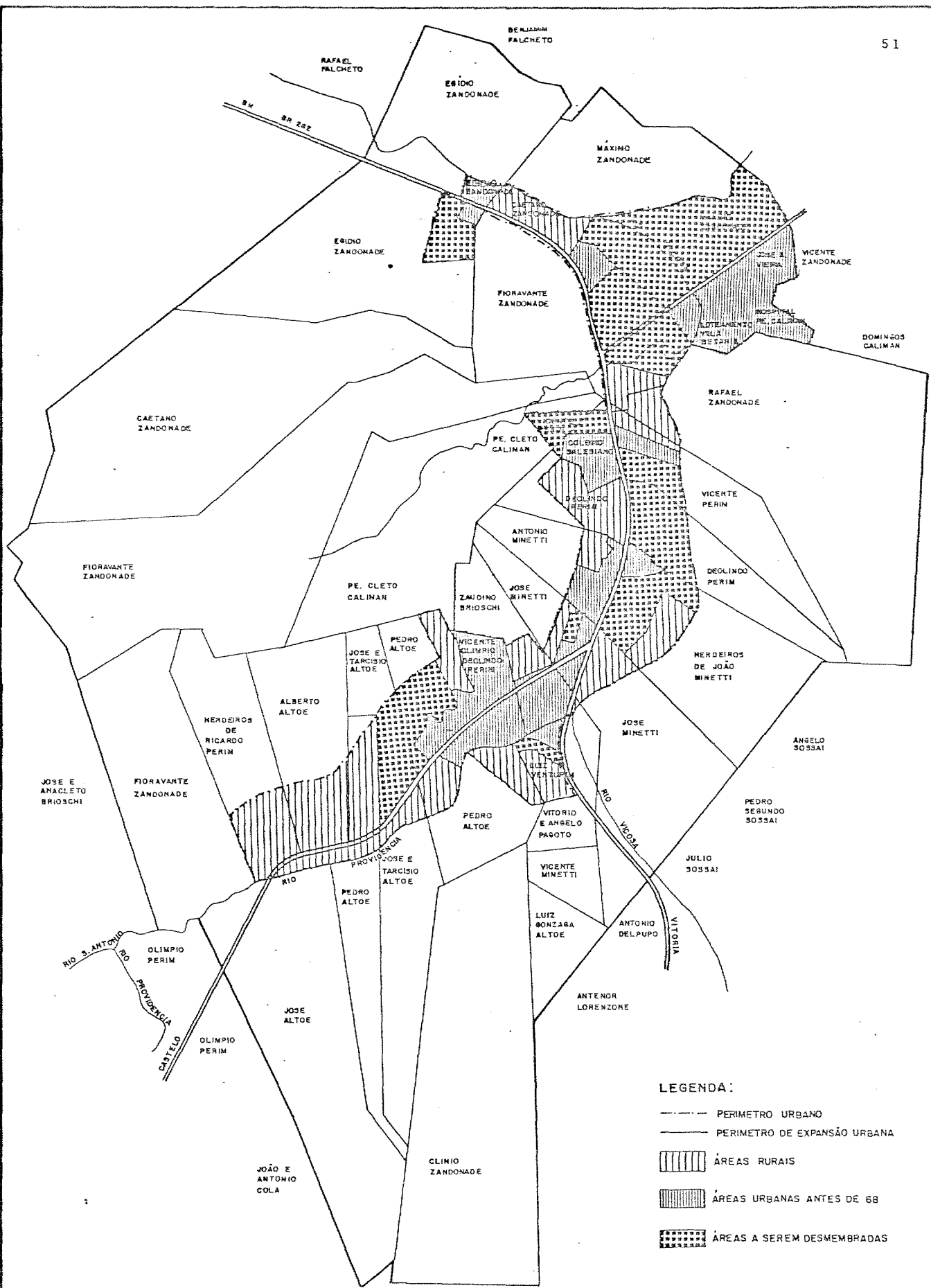
PLANTA 5  
 PERÍMETRO URBANO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
 MUNICÍPIO DE CASTELO  
 COMARCA DE CASTELO  
 ÁREA: 252808 M<sup>2</sup>  
 DECLINAÇÃO: 18° 30' 10"  
**PLANTA**  
 DE MEDIÇÃO E DEMARCAÇÃO DE UM TERRENO PERTENCENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO NO LUGAR DENOMINADO CONCEIÇÃO DE CASTELO

CÁLCULO	
ZONA RURAL:	222456 M <sup>2</sup>
ZONA URBANA:	303000 M <sup>2</sup>
TOTAL:	252808 M <sup>2</sup>



Obs.:  
 COPIADO DO ORIGINAL POR NAOEL RIBEIRO SOARES EM 20/12/84  
 RECOPIADO POR ELISABETH R. CHECCH EM 4/7/78



LEGENDA:

- PERIMETRO URBANO
- PERIMETRO DE EXPANSÃO URBANA
- ▨ ÁREAS RURAIS
- ▤ ÁREAS URBANAS ANTES DE 68
- ▧ ÁREAS A SEREM DESMEMBRADAS

ESCALA GRÁFICA  
 0 100 200 300 400 M  
 DATA: 1 / 79  
 DESENHO: BETH



MAPA 5

PROGRAMA DE ORDENAMENTO URBANO  
 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E TRIBUTÁRIA  
 EM VENDA NOVA

limites das propriedades e envolvendo área de influência direta sobre a cidade no que concerne à visual e à poluição.

As áreas de utilização agrícola, mesmo dentro do Perímetro Urbano, são de jurisdição do INCRA e, portanto, continuam afetos ao Imposto Territorial Rural (ITR), conforme estipula a Lei nº 5868 de 12 de dezembro de 1972. Quando loteadas para fins urbanos, seu reconhecimento por parte da Prefeitura é automático, desde que o projeto atenda aos requisitos da Lei de Parcelamento.

A área de ocupação prioritária (ZUP), é de cerca de 31,10ha que, construída em 70% dos lotes, comportará uma densidade de 95hab/ha ou seja, 2.954 habitantes. A área de ocupação futura (ZEU) tem cerca de 56,30ha que, quando tiver metade de seus lotes construídos, possuirá uma densidade aproximada de 80hab/ha ou 4.504 habitantes. O Perímetro Urbano delimitado tem, nessas condições capacidades de abrigar 7.460 habitantes e deverá, portanto, ser suficiente para o crescimento nos próximos anos. Evitando a dispersão excessiva, a Prefeitura poderá dar um melhor atendimento e evitar que a especulação pressione os pequenos proprietários a se desfazerem de suas terras agricultáveis

### 3.

### PLANO DE OCUPAÇÃO DO SOLO

---

#### 3.1. ZONEAMENTO DE OCUPAÇÃO

A expansão urbana tem se dado através de loteamentos desconexos e esparsos, o que provoca um encarecimento dos custos de infra-estruturas, tais como vias, sistemas de água e esgoto, rede de energia elétrica, telefone etc, e também um aumento das distâncias médias dos habitantes aos equipamentos, como escolas, colégios, hospitais, igrejas, comércio etc. Tal dispersão faz com que a área da cidade e, portanto, a extensão da infra-estrutura, sejam sobredimensionadas, a densidade muito baixa e que haja muitas áreas loteadas não ocupadas dentro do Perímetro Urbano. Por outro lado, áreas férteis de exploração agrícola sofrem o assédio daqueles que desejam ampliar a oferta de lotes acima da necessidade.

O controle da expansão urbana visa incentivar a ocupação dos espaços vazios, para melhor aproveitar os investimentos públicos efetuados e os a serem realizados. Foi elaborado um Plano de Ocupação do Solo, que divide o espaço municipal em Zonas de urbanização Prioritária (ZUP), Zonas de Expansão da Urbanização (ZRU) e Zonas Naturais (ZN).

As ZUPs são as áreas já urbanizadas, ocupadas o suficiente para justificar a aplicação de recursos públicos para dotá-las de infra-estrutura adequada. Deverão ter adensamento incentivado, mediante tributação diferenciada sobre os lotes vagos, tendo em vista o melhor aproveitamento dos equipamentos urbanos oferecidos. Foram consideradas dentro desta categoria as áreas loteadas até a presente data.

As ZEUs são as áreas dentro do Perímetro Urbano ainda não urbanizadas, e destinam-se a abrigar o crescimento urbano futuro. Para o processo de urbanização, os empreendedores deverão dotá-las dos equipamentos coletivos necessários, como vias, sistemas de água, esgoto e energia elétrica, arborização e obras de arte, e reservar espaços para equipamento coletivo e praças, além de obedecer aos requisitos técnicos e as diretrizes da Prefeitura quanto a estruturação viária e desenho urbano.

Essas medidas visam estabelecer uma maior justiça social, ao impedir a transferência de custos de urbanização de novas glebas ao Poder Público, ou seja, aos habitantes da cidade, mantendo-o por conta do empreendedor. O comprador dos novos loteamentos deverá receber o lote em condições de habitar, com um mínimo que lhe garanta a qualidade de vida e, aqueles que desejarem manter uma reserva fundiária para valorização, deverão arcar com sua manutenção ou seja, transferir parte deste benefício ao Poder Público. Para atender às classes de menor renda, a Prefeitura poderá promover convênios com órgãos federais e estaduais para a realização de lotes urbanizados e/ou conjuntos habitacionais.

As ZNs compreendem aquelas áreas que, seja por conter riquezas naturais e paisagísticas, ou para isolar áreas de equilíbrio ecológico, ambiental ou sanitário ou para controlar o crescimento da cidade, tem sua urbanização restrita em caráter periódico prolongado. As ZNs foram divididas em duas categorias: ZNA e ZNB.

- ZNA são as Zonas Naturais de Interesse Econômico, compostas por áreas a serem protegidas por possuírem riquezas ambientais, como terras agricultáveis, recursos hídricos ou minerais, de superfície ou subterrâneos.

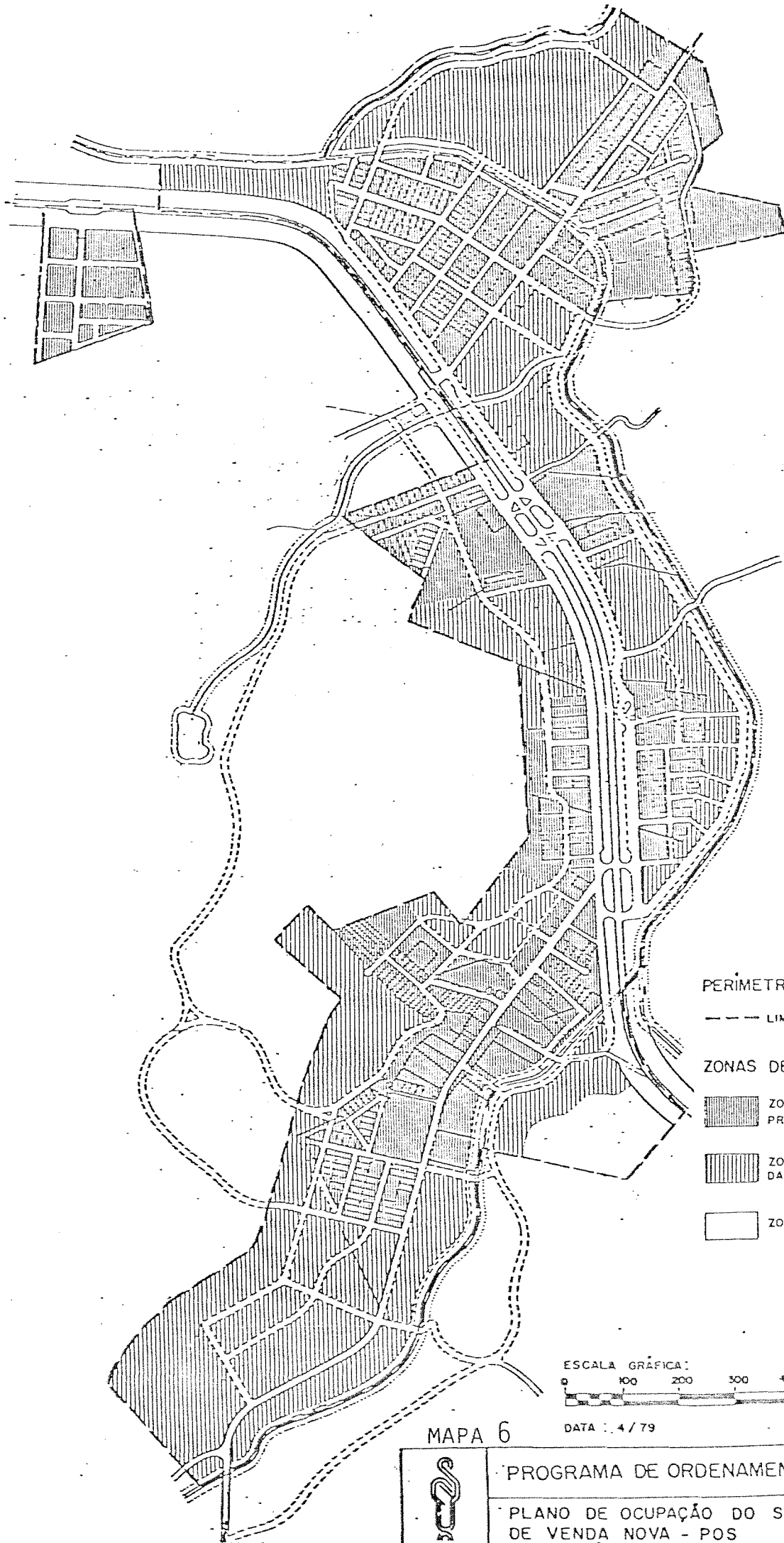


- ZNB são as Zonas Naturais de Interesse Ecológico, a serem protegidas da urbanização, seja por possuírem sítios naturais de importância ecológica, paisagística ou sanitária, como florestas, pântanos e vales, ou por possuírem áreas expostas a riscos, como inundações, avalanche ou erosão, ou por possuírem áreas passíveis de sofrer danos causados por poluição de qualquer espécie ou contaminação, ou, ainda, por possuírem valor ambiental de paisagem ou sítios históricos (Mapa 6).

### 3.2. LEI DO PARCELAMENTO

Numa região onde se processa um desenvolvimento urbano, passa a haver uma maior procura de terras para uso urbano e, conseqüentemente, uma valorização do solo. A estrutura tributária brasileira diferencia grandemente o preço do solo de utilização agrícola e do solo urbano, e este, além de seu alto valor, tem encargos maiores. O incorporador, ao transformar terras rurais em lotes urbanos, auferir grandes lucros, pois, via de regra, tais empreendimentos são realizados com um mínimo de investimentos, ou seja, limitam-se à abertura de ruas e demarcação dos lotes. Com isso, os loteamentos não oferecem um adequado padrão que garanta ao usuário uma qualidade de vida coerente.

O Poder Público vê-se, então, na contingência de dotar os bairros-loteamentos de infra-estrutura, arcando com as despesas decorrentes. A difusão de loteamentos faz com que haja uma excessiva oferta de lotes e, em consequência, uma ocupação esparsa e uma densidade baixa. Dessa forma, a Prefeitura e as concessionárias de serviços de infra-estrutura são obrigadas a atender a uma ampla área, porém ocupada por poucas pessoas.



PERÍMETRO URBANO

--- LIMITE

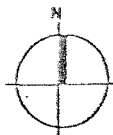
ZONAS DE OCUPAÇÃO

ZONA DE URBANIZAÇÃO  
PRIORITÁRIA - ZUP

ZONA DE EXPANSÃO  
DA URBANIZAÇÃO - ZEUA

ZONA NATURAL - ZN

ESCALA GRÁFICA:  
0 100 200 300 400 m



MAPA 6

DATA: 4/79



PROGRAMA DE ORDENAMENTO URBANO

PLANO DE OCUPAÇÃO DO SOLO  
DE VENDA NOVA - POS

DESENHO: BETH

A Lei de Parcelamento do Solo Urbano procura regulamentar o processo, graduando as prioridades de parcelamento para uma urbanização concentrada, impedindo loteamentos em terrenos que não ofereçam boas condições ou que possam vir a exigir custosas obras de correção, estabelecendo requisitos técnicos mínimos como arruamento, dimensões, nivelamento etc, e garantindo reservas para áreas verdes e equipamentos escolares, exigindo algumas infra-estruturas mínimas para dar condições de habitabilidade aos lotes.

Além disso, estabelece a sistemática para a aprovação do projeto e das obras de loteamento, dando o encaminhamento, os documentos exigidos, os elementos do projeto, as condições de execução das obras, a fiscalização e as multas em caso de infração. Os casos duvidosos ou que envolverem negociações, são debatidos pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano, o qual emite parecer para a deliberação do Prefeito.

### 3.3. SISTEMA VIÁRIO BÁSICO

Definida a utilização do solo em cada setor da cidade, pode-se prever o tipo de circulação que seu sistema viário irá comportar. Partindo da situação atual, onde são raras as vias dotadas de condições mínimas, a Prefeitura deverá gradativamente dotar as ruas de piso adequado, meio-fio, passeio, drenagem e iluminação. Para definição das prioridades, faz-se necessário um planejamento que caracterize funcionalmente os espaços públicos e adeque seus equipamentos, economizando meios e racionalizando investimentos.

É possível criar, no meio urbano, condições e espaços adequados à circulação de automóvel e, ao mesmo tempo, proteger e oferecer espa

ços coletivos para a circulação, descanso e lazer do habitante. A criação do Sistema Viário Básico visa estabelecer uma hierarquia funcional para as vias em que a destinação varie do uso automobilístico ao predominantemente de pedestres, classificando-as em quatro categorias (Figura 1):

1. *Vias Rápidas*: onde a prioridade de circulação é dado ao automóvel. Servem ao tráfego de passagem e acesso à Vila e devem ser asfaltadas e equipadas de forma a facilitar o tráfego livre do automóvel evitando cruzamentos. Devem, ainda, ser adequadamente sinalizadas e serem dotadas de acostamento e garantirem condições básicas de segurança.
2. *Vias Arteriais*: são vias de penetração e circulação automobilística no interior da Vila. Devem ser calçadas e equipadas para circulação de automóveis à velocidade máxima de 35km/h, compatibilizando cruzamentos e travessia dos pedestres.
3. *Vias Locais*: são vias de acesso aos quarteirões, de baixa circulação e predominância do pedestre. Seu pavimento deve ser em saibro, a velocidade máxima recomendada de 10km/h e devem ser equipadas com passeio e equipamentos de lazer e descanso para seus moradores.
4. *Caminhos de Pedestres*: são vias basicamente destinadas ao pedestre e às bicicletas, porém permite-se a eventual circulação de automóveis para acesso aos lotes. Deverão ser tratadas com saibro e conter equipamentos de descanso e lazer.

Além desta classificação, os equipamentos e traçados das vias devem levar em conta as condições físicas do terreno. Assim, as vias existentes no perímetro urbano de Venda Nova foram enquadradas nesta classificação para receberem o tratamento adequado à sua função. Nas

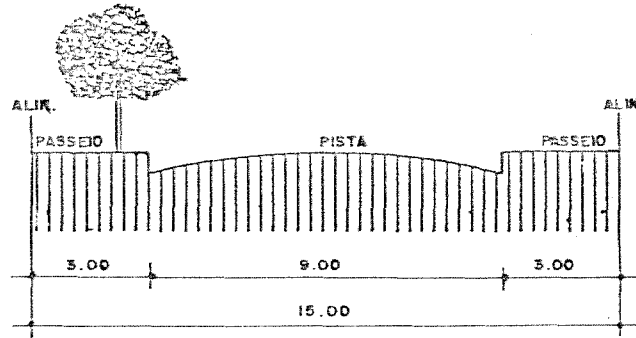
propostas, a ligação entre os segmentos procurou acompanhar a curvatura dos terrenos onde ele é montanhoso, de modo a reduzir as declividades e portanto as possibilidades de erosão e os investimentos. Nas áreas alagadiças é necessário o estabelecimento de uma cota de aterro para as vias e terrenos vizinhos. A orientação dos cidadãos evitará os prejuízos e garantirá uma melhor qualidade do ambiente urbano.

As proposições encontram-se no Mapa 7, o qual, por falta de levantamento mais preciso, apresenta o caráter indicativo de conformação geral do sistema. Serão indicados, ainda, perfis, passeios, arborização, drenagem e pisos, os quais constituirão exigências da Prefeitura para a realização de loteamentos.

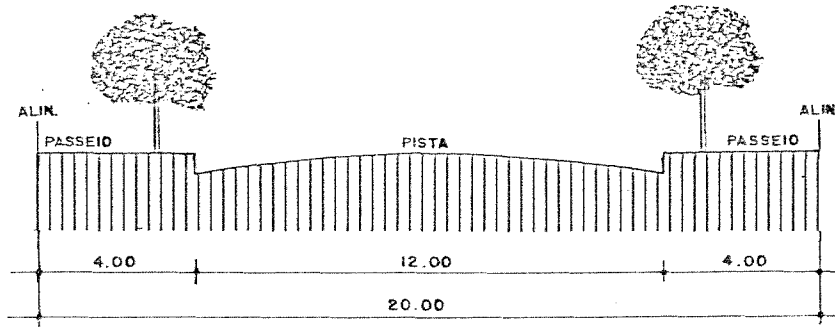
A prioridade para a abertura e tratamento das vias, deve ser dada àquelas que permitam maior independência da população em relação à BR 262, como a via local paralela à rodovia, a perimetral, margeando o Rio Viçosa, entre os dois núcleos principais, e a perimetral que acompanha os morros a Oeste da rodovia BR 262. É sugerido, também, uma alternativa de traçado para o desvio da ES 166, a fim de que, em seu trecho urbano, denominado Avenida Domingos Perim, possa desempenhar a função de via local, afastando o tráfego de passagem e garantindo a segurança da população.

# VIAS ARTERIAIS

MÍNIMO

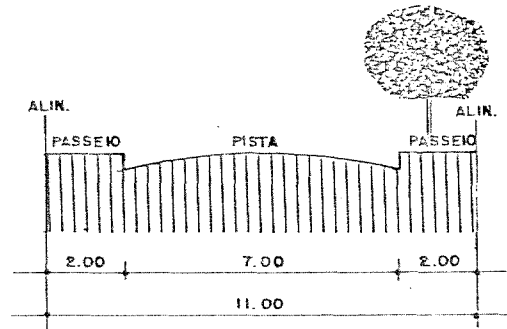


RECOMENDADO

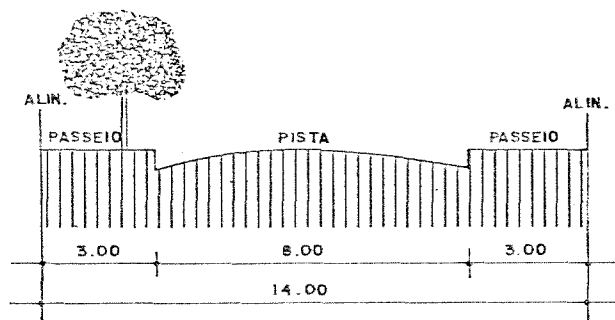


# VIAS LOCAIS

MÍNIMO



RECOMENDADO



# VIAS DE PEDESTRES

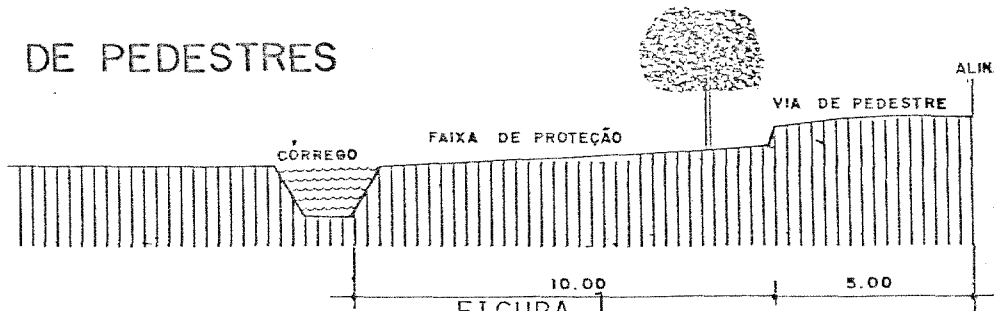
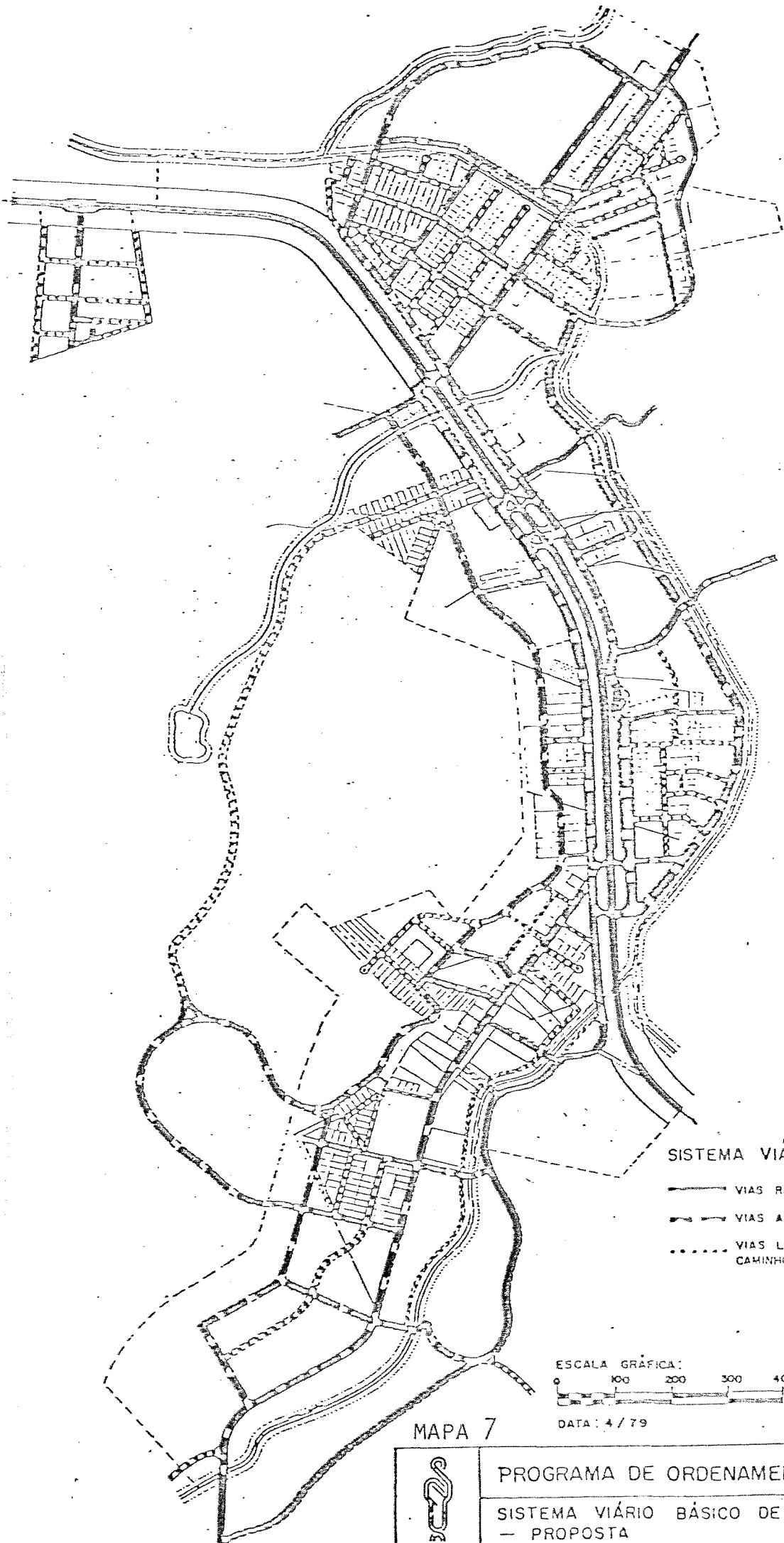


FIGURA 1

ESCALA : 1 / 200  
DESENHISTA : BETH

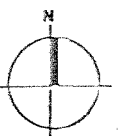
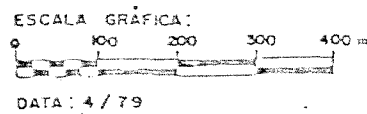


PROGRAMA DE ORDENAMENTO URBANO  
 POS - SISTEMA VIÁRIO BÁSICO:  
 Padrões de Perfis de Vias



SISTEMA VIÁRIO BÁSICO

- VIAS RÁPIDAS
- - - VIAS ARTERIAIS
- ..... VIAS LOCAIS E CAMINHOS DE PEDESTRE



MAPA 7

PROGRAMA DE ORDENAMENTO URBANO

SISTEMA VIÁRIO BÁSICO DE VENDA NOVA  
— PROPOSTA

4.

CÓDIGO DE OBRAS

---

A construção de um imóvel representa um alto investimento, devendo, portanto, apresentar um padrão razoável de projeto e de materiais empregados, e satisfazer as condições da coletividade, por inserir-se no urbano. Entretanto, são comuns as construções que apresentam rachaduras ou infiltrações, janelas com deficiente iluminação solar, corredores e aberturas estreitas e outros problemas, resultantes de má execução da obra.

O Código Civil Brasileiro estabelece direitos e condições para as construções urbanas. Compete ao Município regulamentá-las, com vistas a sua segurança, higiene e estética; seu poder de polícia administrativa inclui o de exercer a fiscalização em todas as fases da obra, inclusive no projeto, principalmente em edificações destinadas ao uso coletivo.

O Código de Obras do Município tem por finalidade garantir condições mínimas de qualidade e habitabilidade das construções, através das condições gerais de edificação; controlar a densidade das quadras, através das taxas de ocupação, e a volumetria da cidade, através da limitação de alturas. Estabelece condições do terreno, de localização de obra, materiais, elementos de arquitetura, dimensionamento, iluminação e ventilação, circulação, instalações sanitárias, usos comerciais, habitações coletivas etc.



Estabelece, ainda, condições gerais para encaminhamento e aprovação do projeto e execução da obra, vistoria e autorização de habitação. Considerando-se que, para fazer cumprir tais condições, é necessária a existência de uma estrutura eficiente, a Prefeitura Municipal deve rã equipar-se adequadamente a fim de poder operar essa sistemática ad ministrativa.

---

Para evitar o conflito de atividades urbanas, tais como habitação e produção industrial, hospitais e oficinas mecânicas, e outras incompatibilidades, a cidade pode ser dividida em zonas de uso, o qual procura setorizar a área urbana por predominância de atividades. Podem ser criadas categorias de uso residencial, comercial, prestação de serviços, institucional, industrial e especial, graduadas de modo a se obter um escalonamento de densidades, de compatibilidades quanto aos distúrbios, de porte dos estabelecimentos, de altura dos edifícios e outros, assim como se pode determinar os tipos de atividades permitidas em diversos níveis. Como resultado, obtêm-se setores de comércio e serviços, zonas industriais, áreas residenciais de alta ou baixa densidade, áreas com predominância de equipamentos públicos etc.

Considerou-se prematuro dividir o espaço urbano de Venda Nova em zonas especializadas em usos específicos, pelo seu porte limitado, em definição quanto à sua vocação e por se encontrar, ainda, em fase dinâmica de transição. Deve-se, contudo, evitar os conflitos de atividades, particularmente estabelecendo-se instrumentos de controle para atividades industriais e outras de grande porte, a fim de evitar problemas de deterioração da qualidade do espaço urbano, devendo, nesses casos, receber parecer do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) quanto a sua conveniência.

A configuração atual da Vila apresenta a concentração do comércio em alguns corredores e equipamentos de grande porte localizados esparsamente (Mapa 8 ). Sugere-se a consolidação dos corredores de comércio e serviços nas áreas mais densas, ao longo das avenidas principais, reservando-se as outras áreas para habitação e evitando-se a localização de atividades não residenciais, exceto comércio e serviço de atendimento restrito, de pequeno porte e não causadores de incômodo. O comércio e serviços de grande porte e as indústrias não poluidoras, ligadas mais ao atendimento da região do que à Vila, deverão localizar-se preferencialmente ao longo da BR 262. Tal medida visa reduzir a circulação de veículos de carga na área urbana e a necessidade da população utilizar a rodovia em suas atividades cotidianas.






Deverão ser tomados cuidados especiais e, sempre que possível, submeter à discussão e ao parecer do CDU, as atividades industriais, as de comércio e serviço de grande porte e outras que possam causar transtornos, como ruídos excessivos, lançamento de elementos estranhos na água ou na atmosfera, excessiva geração de tráfego e circulação de pedestres etc.

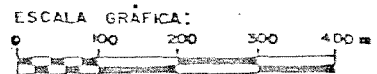
Conforme sugestões apresentadas pelos próprios habitantes, são enumerados alguns equipamentos cujo porte ou cuja importância poderão influir na estruturação da cidade, localizados no Mapa 8 e apresentados como projetos especiais.

PROJETOS ESPECIAIS

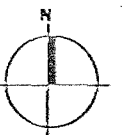
- 1 - NÚCLEO DE ATIVIDADES CULTURAIS
- 2 - CLUBE
- 3-4 - CENTROS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS
- 5-6-9 - INFRAESTRUTURA VIÁRIA
- 6 - AMBIENTAÇÃO DA MATRIZ
- 7 - COLÉGIO PEDRO PALÁCIOS
- 8 - HOSPITAL PADRE MÁXIMO

USOS INDICADOS

-  RESIDENCIAL ALTA DENSIDADE
-  RESIDENCIAL BAIXA DENSIDADE
-  COMÉRCIO E SERVIÇOS LOCAIS
-  COMÉRCIO E SERVIÇOS REGIONAIS
-  PRAÇAS



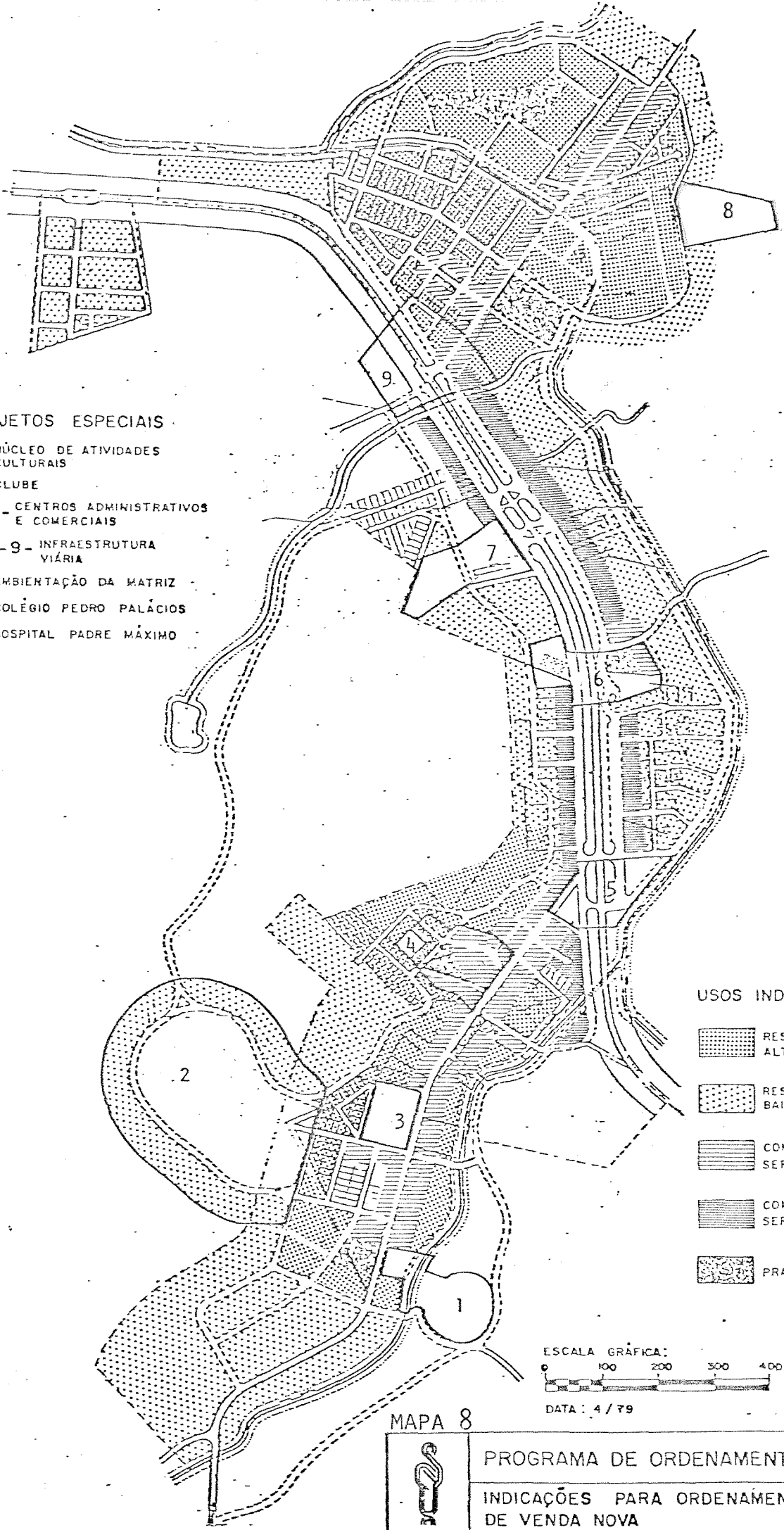
DATA: 4 / 79



MAPA 8

PROGRAMA DE ORDENAMENTO URBANO  
 INDICAÇÕES PARA ORDENAMENTO URBANO  
 DE VENDA NOVA

DESENHO: BETH



6.

PROJETOS ESPECIAIS

---

Denominou-se *Projetos Especiais* a certos equipamentos e atividades, identificados como necessários para a ordenação do espaço urbano, previsíveis e mais ou menos localizados, mas que exigem estudos preliminares e projetos específicos, por envolverem grandes operações e instituições independentes da administração local. Estão indicados no Mapa 8 e têm delimitadas, aproximadamente, suas áreas de interferência.

*ÁREA Nº 1 - Núcleo de Atividades Culturais*

Existem várias atividades espontâneas, documentos importantes e objetos diversos, todos de valor cultural e histórico mas que se encontram dispersos e, quando expostos ao público, despertam grande interesse.<sup>6</sup> A Prefeitura deve atuar no sentido de estimular e fornecer a base física para o desenvolvimento e conservação dos mesmos, evitando que se percam ou venham a ser comercializados como objetos de decoração. O núcleo é sugerido na área 1 do Mapa 8 e envolve um conjunto de equipamentos e atividades que podem vir a ser promovidas pela Prefeitura:

---

<sup>6</sup>A *Semana dos Universitários de 1978* e o *Festival de Música Italiana*, foram exemplos desse interesse.

- a) coleta, catalogação e exposição de objetos e informações de importância histórica, tais como fotografias, gravações, textos e documentos, utensílios domésticos, objetos de trabalho e objetos arqueológicos etc;
- b) criação de infra-estrutura e incentivos para movimentos culturais artísticos e musicais, tais como bandas, cantorias, conjuntos musicais, grupos teatrais, ateliês e exposições de produtos artesanais e artísticos;
- c) reorganização, reabertura e ampliação da Biblioteca Pública de Venda Nova, que encontra-se fechada;
- d) criação e montagem de salas de exposições didáticas para o sistema educacional no campo das ciências, tais como: Sala da Descoberta, Sala dos Animais e dos Vegetais etc;
- e) preservação e recuperação do casarão mais antigo, existente no Perímetro Urbano de Venda Nova, importante para o conhecimento da formação do núcleo antes das rodovias.

#### ÁREA Nº 2 - *Clube Social e Esportivo*

Manifesta-se na população a necessidade de um local de reuniões sociais e para a prática esportiva. Esta vem sendo desenvolvida principalmente no Rio Branco F. C. de Venda Nova, em outros pequenos clubes, nos bares e nas ruas. A direção do Rio Branco manifestou interesse em ampliar suas atividades, criando uma sede social e praças para outros esportes, porém será necessário mudar suas instalações para uma área maior, que comporte a ampliação de suas funções.

Concretizando-se esta mudança, haveria a liberação da área do atual campo de futebol, de interesse para a implantação de um núcleo de animação, com atividades administrativas, comerciais e de lazer. Recomenda-se, à Prefeitura, atuar no sentido de concretizar a operação, obtendo-se, assim, dois dos equipamentos carentes à população local.

ÁREAS NºS 3 e 4 - *Centro de Atividades Administrativas, Comerciais e de Lazer*

Venda Nova tem seus serviços de atendimento público dispersos, tais como: o cartório, o IBC, os bancos, a EMATER, os telefones públicos etc, com todos os inconvenientes que isto causa; circulação excessiva de autos e pedestres. Por outro lado, carece de uma praça que seja ponto de encontro dos jovens e de descanso dos mais idosos, atividades que são, hoje, realizadas na rua, incomodadas pelo tráfego dos veículos.

Existem áreas que, pela configuração atual, oferecem vantagens para receber tais equipamentos, consolidando-se em centros de animação e atividades. A Administração Municipal deve induzir iniciativas dessa natureza, importantes na estruturação da cidade, levando a debates e recolhendo sugestões da população.

ÁREAS NºS 5, 6 e 9 - *Infra-estruturas Viárias de Grande Porte*

São três os principais pontos de interseção entre os sistemas viário local e a BR 262. É de grande importância garantir as condições para a implantação de equipamentos adequados para a interseção dos fluxos que podem vir a ser em níveis diferentes e, portanto, envolvendo altos investimentos. A área em frente à Igreja (nº 6), constitui uma elevação de domínio visual, e deverá ser valorizada paisagisticamente, além de ser provida de estacionamento e passarela para pedestres.

A construção das vias locais, paralelas à BR, devem receber prioridades, pois a circulação de pedestres e de tráfego local de baixa velocidade com o tráfego da BR 262, de passagem, oferecem condições de insegurança permanente.

A passagem da ES 166, pela área central da cidade, também deve ser motivo de preocupações, e deverão ser tomadas medidas imediatas para reduzir a velocidade e, a médio prazo, para o seu desvio do perímetro urbano.

Deverão ser realizadas gestões junto ao DNER e DER, a fim de definir os projetos aqui descritos e incorporá-los à planta física da cidade, de forma a tornar desnecessárias desapropriações no futuro.

#### ÁREAS NºS 6, 7 e 8 - *Ambientação dos Grandes Equipamentos*

Nessas áreas, são desenvolvidas importantes atividades ligadas à Igreja, ao Colégio e ao Hospital. Pelo número de pessoas que frequentam esses lugares e pelas perspectivas de expansão de suas atividades, é importante a previsão, projeto de implantação envolvendo tratamento paisagístico e previsão de futuras instalações, e, assim, atender melhor nas suas funções. A Prefeitura deve incentivar as iniciativas desta natureza.



## 7. ÁREAS VERDES E DE PROTEÇÃO

---

### 7.1. FAIXAS DE PROTEÇÃO

A quase totalidade da área hoje ocupada por Venda Nova, estabeleceu-se sobre uma região baixa, com numerosos córregos em meandros, e, portanto, ainda hoje sujeitas a alagamento com um volume de chuvas mais intenso, além das condições permanentes de insalubridade e do perigo de poluição e contaminação dos meios d'água, advindos com a urbanização.

O Decreto-Lei Federal nº 289 de 28 de fevereiro de 1967, estabelece uma faixa de proteção para preservação permanente da vegetação ao longo dos cursos d'água. Essa faixa serve, também, para absorver as vazões de enchente, e deve ser aproveitada para ser reflorestada com espécies locais e receber equipamentos ao ar livre de recreação e lazer, observando, sempre, o não estrangulamento do canal por ela formada. Com isso, além da proteção de cursos d'água, são criados espaços de recreação e áreas verdes de baixo custo e pequena manutenção, que irão se juntar às praças e áreas naturais.

### 7.2. ÁREAS NATURAIS

A área de expansão urbana ainda possui bosques de vegetação em estado quase natural, que se encontram ameaçados pela urbanização. A existência de tais bosques, constitui-se numa situação de privilégio para a cidade, pois poderá futuramente se dotada de parques urbanos com

poucos investimentos.

Tais bosques deverão ser identificados, delimitados e medidos, considerados de preservação e realizados convênios com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a fim de serem reconhecidos, protegidos e fiscalizados.

Para que a população valorize essas matas, poderão ser dotadas esparsamente com equipamentos de lazer, para a realização de passeios, piqueniques, acampamentos etc. Deve-se, porém, observar o máximo de cuidado na alocação desses equipamentos, a fim de que o equilíbrio ecológico do microambiente não seja afetado.

### 7.3. PRAÇAS E ÁREAS VERDES

O Distrito de Venda Nova possui poucas áreas definidas como praças, e nenhuma delas são equipadas para serem utilizadas como tal. A praça é o espaço aberto, inserido no urbano, onde a pessoa faz seu repouso físico ou psíquico, refugindo-se da conturbação da cidade ao ambientar-se num espaço não urbano para a atividade de lazer contemplativo ou lúdico. Com o crescimento, a vila poderá perder, para a valorização imobiliária, seus terrenos baldios dos jogos infantis, dos campos de peladas e de bocha; as ruas tornam-se movimentadas, as varandas ruidosas e as brincadeiras de rua proibidas.

Venda Nova, atualmente, não sofre desse problema, e deverá fazer um esforço para não vir a sofrê-los, reservando áreas para a construção de praças e equipamentos de jogos. A operação citada no item *Projetos Especiais* poderá dotar a Vila de um extenso jardim; as áreas de marcadas como praças, nos loteamentos, deverão ser incorporadas pela

Prefeitura e efetivadas; recuos e ajardinamentos nas construções de vem ser incentivados. As áreas das praças poderão ser equipadas, plantadas e mantidas com o auxílio da própria comunidade que, assim, lhe dará mais valor.

## 8.

## CADASTRO E TRIBUTAÇÃO

## 8.1. CADASTRO IMOBILIÁRIO URBANO

Para que a Prefeitura administre convenientemente, são necessários recursos e conhecimentos da realidade urbana. O levantamento sistemático dos imóveis urbanos permitiu a catalogação das propriedades e edifícios, a distribuição dos serviços de infra-estrutura, como água, luz, esgoto, pavimentação etc, e dos serviços urbanos, como coleta de lixo, iluminação, limpeza e calçamento. Será possível, ainda, obter dados, como qualidade dos terrenos, tipos de captação de água e esgotamento de águas servidas, tipologia das habitações de acordo com material empregado, uso das edificações e outras informações, que permitirão à Administração a atuação nos setores de saúde, obras e urbanismo. Permitiu, também, a obtenção de uma cartografia básica de grande utilidade para o planejamento e a administração municipal, em tarefas como controle da expansão urbana, mapa de serviços urbanos, programas de obras etc.

O atual sistema de receitas orçamentárias transfere a maior parte dos recursos à União, a qual redistribui aos municípios, mediante rigoroso controle. Com isso, a Administração Municipal tem poucos meios para atender às despesas não vinculadas, como em casos de emergências, eventos festivos ou outros imprevistos. As receitas tributárias são da maior importância, pois se constituem em recursos próprios, permitem maior autonomia nas decisões e nas ações da Prefeitura.

O Cadastro trouxe maior justiça fiscal, impessoalizando o lançamento, através do estabelecimento de um sistema de avaliações objetivas se gundo critérios mais justos, lógicos e racionais, diminuindo os erros e taxando, somente, os imóveis efetivamente servidos. Com base nos dados cadastrais, o Administrador pode estimar o montante e o calendá rio de arrecadação, com vistas à elaboração do orçamento, bem como a programação das despesas para exercício financeiro.

Faz-se necessário observar o caráter dinâmico do Cadastro, mantendo-o atualizado através do lançamento das novas obras aprovadas no Serviço de Obras e Urbanismo, da fiscalização permanente e da revisão perió dica. Anualmente, o Valor de Referência deve ser atualizado através de decreto do executivo, e a Comissão de Avaliação Imobiliária convo cada para atualizar a Planta de Valores do Município. Se não se to marem essas providências, a defasagem resultante demandará um aumen to excessivo para sua atualização, o que se constitui em medida de desagrado. As Dívidas Ativas devem ser comunicadas aos devedores, di vulgadas, e mantido suspenso o atendimento a pedidos no Serviço Pú blico Municipal enquanto perdurar o débito, além da aplicação de outras sanções previstas em lei.

## 8.2. CÓDIGO TRIBUTÁRIO E REGULAMENTAÇÃO

Para que o Cadastro tenha um resultado efetivo, é necessário que o setor esteja convenientemente aparelhado, e apoiado em bases legais que institucionalizem as competências do Poder Público e do cidadão. O Código Tributário, que regula os direitos e as obrigações de ordem pública concernentes à fazenda municipal e às pessoas obrigadas ao pagamento de tributos, e o Regulamento do Código Tributário, que ins titui normas para o procedimento na aplicação do Código, são os do cumentos que dispõem sobre o assunto.

São tributos do Município: os impostos sobre a propriedade imobiliária urbana e sobre serviços de qualquer natureza; as taxas decorrentes do exercício regular do poder de polícia ou decorrentes da utilização de serviços públicos municipais, e as contribuições de melhoria. O Imposto Sobre a Propriedade Imobiliária Urbana é devido pela propriedade, domínio útil ou posse de bem imóvel, construído ou não, localizado nas áreas urbanas. O Imposto Sobre Serviços é devido pela prestação, por empresa ou profissional autônomo, em território do município, de serviços de qualquer natureza. As Taxas de Licença são devidas pelo exercício regular do poder de polícia administrativa do Município; as Taxas de Serviços Urbanos pela disponibilidade ou utilização efetiva de serviços urbanos municipais; as Taxas de Serviços Diretos pela utilização ou disponibilidade de serviços públicos municipais diretos. A Contribuição de Melhoria é devida pela valorização de bem imóvel, localizado em área direta ou indiretamente beneficiada por obra pública executada pela Prefeitura. As formas de incidência, cálculos, inscrições, isenções, lançamentos e penalidades desses tributos, assim como as normas gerais tributárias, são estabelecidas no Código Tributário.

O Regulamento institui as normas para a aplicação do Código Tributário, tais como o encaminhamento de consultas sobre interpretação da legislação, dos pedidos de reconhecimento de imunidades ou isenções, o encaminhamento de cobranças através de bancos, dos pedidos de moratória ou parcelamentos, e dos pedidos de fornecimento de certidões negativas. Normatiza, também, a inscrição, o cálculo, a categorização das edificações para o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); a inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços, a manutenção dos livros fiscais e da documentação em geral, os impressos fiscais e a fiscalização, o cálculo e o lançamento do Imposto Sobre Serviços (ISS). São também regulamentadas as cobranças de Taxas de Licença, de Serviços Urbanos e de Serviços Diversos; a in

cidência, cálculo e cobrança das Contribuições de Melhoria e, finalmente, alguns direitos e obrigações do Serviço de Finanças e do contribuinte.

O Código Tributário de Conceição do Castelo encontrava-se superado e em desacordo com a legislação federal vigente. Sua atualização, aprovada pela Câmara sob número 22/77, permitiu a descaracterização do salário mínimo como componente do cálculo de tributos, substituído pela unidade de valor fiscal do Estado. Foram estabelecidas alíquotas de maior equidade tributária para os Impostos Sobre Serviços, houve uma redução nos números de taxas existentes e foram eliminadas algumas divergências do antigo Código. Com o objeto de desincentivar a manutenção ociosa de lotes urbanos servidos de infra-estrutura mas sem edificações, e, portanto, sem utilização efetiva, a atualização do Código Tributário instituiu, para o Imposto Predial, uma alíquota menor que a do Imposto Territorial Urbano, iniciando o processo da utilização dos instrumentos-meio, como as legislações, para alcançar o objetivo-fim, que é a Ordenação Urbana.

## 9.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

---

O crescimento desordenado das áreas urbanas de Conceição do Castelo e de Venda Nova, demandam a adoção de medidas administrativas de ação a curto prazo e de planejamento sistemático, que estabeleçam diretrizes gerais para o seu crescimento. O Programa de Ordenamento Urbano apresenta indicações para o controle da expansão urbana e apresenta os instrumentos técnicos e institucionais para a sua consecução. Para administrar o Programa, é necessário implantar o processo de planejamento, ação e controle, através de uma estrutura administrativa eficiente, dotada de condições que lhe permitam a previsão, acompanhamento e revisão contínua do programa de investimentos, a organização dos processos e rotinas pertinentes à Prefeitura, a realização dos serviços básicos e a proteção do interesse público em geral.

A Modernização Administrativa, com o Plano de Cargos e Salários e a Estrutura Organizacional, permite ao Poder Executivo aumentar a eficiência municipal, com melhor organização de seus serviços básicos, introdução de novos elementos orientadores da tomada de decisão, com vistas a dar-lhe maior segurança e dotar-se de uma legislação básica mais adequada à realidade local.

A Estrutura Organizacional proposta, compõe-se de dois níveis: o nível de assessoramento, ligado diretamente à ação e decisão do Executivo Municipal e demais unidades administrativas da Prefeitura, com posto de quatro órgãos:



- . Gabinete do Prefeito;
- . Conselho de Desenvolvimento Urbano;
- . Assessoria Jurídica;
- . Assistência Técnica de Turismo.

O nível de Execução Programática é composto pelos serviços executivos da Administração Municipal, e comporta cinco divisões:

- . Serviço de Administração Geral;
- . Serviço de Finanças;
- . Serviço de Educação e Cultura;
- . Serviço de Obras e Urbanismo;
- . Serviço de Saúde e Bem Estar Social.

São estabelecidas, ainda, as responsabilidades dos ocupantes das chefias e o Regulamento Interno deverá discriminar as competências e as atribuições de cada órgão.

O Plano de Classificação de Cargos e Salários deverá dotar a Prefeitura de melhores recursos humanos, adequando, ao quadro de pessoal, funções mais compatíveis com as atividades a serem exercidas na nova estrutura organizacional, estabelecendo maior proporcionalidade entre os vencimentos e adequando o regime jurídico de trabalho, dentro de uma política de otimização funcional e valorização do funcionário. Transpôs os ocupantes das antigas funções para aquelas da nova estrutura, dando maior proporcionalidade entre os vencimentos, graduando-os de acordo com a responsabilidade. O novo regime jurídico adotado, alocou como estatutários os funcionários ligados às atividades burocráticas e aqueles ligados às atividades de maior rotatividade permaneceram sob o regime da CLT. Foram criados, ainda, adicionais e gratificações para valorização e incentivo, a fim de oferecer um real envolvimento e procurar a motivação do funcionário.

10.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

---

A cidade deve ser pensada no tempo e no espaço. O Programa de Ordenamento Urbano (POU), através do Plano de Ocupação do Solo (POS) e do Zoneamento de Usos, estabelece uma configuração urbana para um prazo distante. As obras realizadas, a curto e médio prazos, poderão encaminhar a consecução do Programa ou, ao contrário, comprometê-lo, caso sejam divergentes as suas diretrizes. Cabe à Administração Municipal e à comunidade em geral, o encaminhamento do processo. Quem pode realmente garantir um desenvolvimento equilibrado e uma qualidade de vida agradável é a população, detentora que é dos conhecimentos relativos à vida cotidiana da cidade.

Preceitua o Manual do Prefeito, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

*"Especial atenção deverá merecer a organização para implantação e administração do plano. O planejamento é uma atividade contínua, que não se completa com a elaboração de planos e projetos. Exige um esforço permanente, visando a sua execução, ao seu acompanhamento e ao controle dos resultados, à revisão e ao ajustamento periódico dos planos, projetos e programas às novas situações. É, pois, um processo eminentemente dinâmico. Por isso, é indispensável institucionalizar o processo de planejamento na estrutura da Administração Municipal, inclusive para administrar os planos. Sem esse processo contínuo, os planos poderão não passar de de*

*senhos, palavras, projetos, de volume contendo idéias e proposições que terminarão sendo engavetados ou executados apenas em parte, sem continuidade sistemática."*<sup>7</sup>

Tais objetivos serão perseguidos pela criação do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), órgão de assessoria do Prefeito, que conta com a participação de elementos representativos da população na coordenação geral e integração administrativa das atividades de planejamento e desenvolvimento urbano municipal, entre as quais a avaliação e implementação do Programa de Ordenamento Urbano e implantação do processo de planejamento.

O Programa de Ordenamento Urbano encaminha propostas que incorporam sugestões colhidas junto à comunidade, acrescidas de reflexões técnicas da equipe de urbanistas, as quais deverão ser discutidas, aperfeiçoadas e formalizadas. O encaminhamento de tal processo é de competência do CDU, que é, portanto, o organismo do Município encarregado de discutir, avaliar, recolher opiniões e reivindicações, pensar e opinar sobre as medidas referentes ao Programa.

A jurisdição do Conselho está definida na Lei nº 008/79 de 15 de Junho de 1979, e sua regulamentação (Decreto Lei nº 009/79) estabelece finalidade, organização e composição. Entre as atividades preconizadas para o mesmo, podemos citar a promoção do processo de planejamento urbano, a orientação e opinião sobre a aplicação adequada da legislação municipal, referentes ao desenvolvimento urbano, a formulação de diretrizes da política urbana e a manifestação de sugestões para o

---

<sup>7</sup>IBAM. *Manual do Prefeito*. 4.<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro, 1976.

Plano de Obras e para o Orçamento, compatibilizando às atividades de planejamento.

O trabalho conjunto da administração com a comunidade, é perseguido através da composição do Conselho, integrado de elementos escolhidos das comunidades de Venda Nova e Conceição do Castelo, dos vigários e dos técnicos, na pessoa dos chefes dos serviços da Fazenda e Obras e Urbanismo, além do representante da FJSN. As sugestões são apresentadas ao Prefeito, e este as encaminha à Câmara, cujos membros, como representantes da população, procedem a novas discussões e deliberam através de votação. Os assuntos de maior interesse poderão ter sua avaliação ampliada, com a participação de representantes de associações de bairro e de classes.



## QUADRO 1:

## MUNICÍPIOS MAIS MONTANHOSOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - 1977

MUNICÍPIO	ÁREA TOTAL (ha)	ÁREA COM DECLIVIDADE			
		Abaixo de 30% (ha) %		Acima de 30% (ha) %	
Alfredo Chaves .....	64.664	8.703	(13,46)	55.961	(86,54)
Conceição do Castelo ..	62.829	9.573	(15,24)	53.256	(84,76)
Alegre .....	116.513	18.115	(15,54)	98.398	(84,46)
Afonso Cláudio .....	185.285	10.931	(16,69)	154.354	(83,31)
Divino São Lourenço ...	19.084	3.637	(19,06)	15.447	(80,94)
Itaguaçu .....	50.110	9.792	(19,54)	40.318	(80,46)

FONTE: Dimensionamento da Área Mecanizável na Agricultura Espírito Santense  
CEPA/ES, 1978.

## QUADRO 1.a

## UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

- Município de Conceição do Castelo - 1977

USO	ÁREA	
	ha	%
Culturas Anuais Permanentes ....	12,378	(20,09)
Pastagens .....	19.372	(31,45)
Florestas .....	9.661	(15,68)
Capoeiras .....	2.866	( 4,65)
Zonas Urbanas e Terras Ina- proveitáveis .....	16.823	(27,31)
Área total do Município .....	61.600	(100,00)

FONTE: Estudo para a Ampliação do Distrito Florestal/Industrial do Es-  
pírito Santo - Secretaria da Agricultura do Estado do Espírito San-  
to - 1977.

## QUADRO 2:

## POPULAÇÃO URBANA E RURAL

Município de Conceição do Castelo e Espírito Santo - 1960/77

POPULAÇÃO	1960			1970*			1977*		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Distrito de Conceição do Castelo .....	-	-	-	9.574	1.387	9.574	9.308	1.409	7.899
Distrito de Venda Nova .....		-	-	5.486	950	4.536	7.312	2.689	4.623
Município (1) .....	14.968	815	14.117	15.060	2.337	12.723	16.620	4.098	12.522
Estado do ES (2) % s/ esta (1/2) .....	1,28	0,23	1,76	0,93	0,32	1,44	0,97	0,46	1,56

FONTE: Censo Escolar - SEPL/ES, 1977

\* Censo Demográfico - IBGE, 1960/70

Obs: População Urbana no destino de Venda Nova - 1976

Nº de Habitantes - 2141

Nº de Famílias - 385 Média 5,6 hab/fam.

Anuário Estatístico da Paróquia de Venda Nova.



## QUADRO 2.a

## POPULAÇÃO POR FAIXA DE IDADE

- Município de Conceição do Castelo - 1977

FAIXA DE IDADE	URBANA	RURAL	TOTAL
Menos de 1 ano .....	97	376	473
1 a 4 anos .....	379	1285	1664
5 a 9 anos .....	522	1664	2186
10 a 15 anos .....	538	1713	2251
15 a 19 anos .....	471	1683	2154
20 a 24 anos .....	377	1316	1693
25 a 29 anos .....	307	857	1164
30 a 34 anos .....	271	588	859
37 a 39 anos .....	211	597	808
40 a 44 anos .....	192	512	704
45 a 49 anos .....	130	440	570
50 a 54 anos .....	87	392	479
55 a 59 anos .....	79	279	358
60 a 64 anos .....	61	222	283
65 a 69 anos .....	71	163	234
70 e mais anos .....	83	198	281
Sem declaração .....	4	28	32
TOTAL .....	3880	12313	16193

FONTE: Dados demográficos do Espírito Santo - SEPL/ES, 1977.

## QUADRO 2.b

POPULAÇÃO RESIDENTE DE 10 ANOS E MAIS, POR GRUPO DE RENDIMENTOS, SEGUNDO OS DISTRITOS

- Município de Conceição do Castelo - 1977

CLASSES DE RENDA	CONCEIÇÃO DO CASTELO		VENDA NOVA		TOTAL	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Sem Renda .....	4.142	61,90	3.036	58,08	7.178	60,25
De 1 SM .....	788	11,78	660	12,63	1.448	12,15
De 1 a 2 SM .....	802	11,42	597	11,42	1.399	11,74
De 2 a 5 SM .....	358	5,35	391	7,48	749	6,28
De 5 a 10 SM .....	182	2,72	181	3,46	363	3,05
De 10 a 20 SM .....	145	2,17	130	2,45	275	2,31
De 20 e mais SM ..	19	0,28	94	1,80	113	0,95
Sem Declaração ...	155	3,81	138	2,64	393	3,30
TOTAL .....	6.691	100,0	5.227	100,0	11.918	100,0

FONTE: Pesquisa Sócio-Econômica do Espírito Santo - SEPL/ES, 1978.

## QUADRO 3:

PESSOAS NATURAIS DO MUNICÍPIO NÃO RESIDENTES NO MUNICÍPIO  
- Município de Conceição do Castelo - 1977

RESIDÊNCIA ATUAL	TEMPO DE RESIDÊNCIA (anos)					TOTAL
	0 - 1	1 - 4	5 - 9	10 e mais	Sem Declaração	
Alto São Mateus .....	-	-	-	-	-	-
Colatina .....	12	-	9	247	-	268
Baixada Espírito Santense .....	-	30	11	76	-	117
C. Serrana Espírito Santense .....	18	186	95	133	9	441
Vitória .....	106	341	196	102	-	745
Vertente Oriente do Caparaó .....	158	282	146	395	-	981
Cachoeiro de Itapemi rim .....	-	238	182	212	10	642
Litoral do Sul Espí rito Santense .....	-	12	64	10	-	86
TOTAL NO ESTADO .....	294	1089	703	1175	19	3280

FONTE: Pesquisa Sócio Econômica do Estado do Espírito Santo - SEPL/ES, 1978

## QUADRO 4:

## NATALIDADE, MORTALIDADE GERAL E INFANTIL

- Município de Conceição do Castelo - 1970/75

Taxa por 1.000 habitantes.

ANO	NATALIDADE	MORTALIDADE GERAL	MORTALIDADE INFANTIL
1970	25,8	5,4	51,7
1971	22,8	3,2	26,3
1972	25,1	3,6	33,8
1973	13,0	2,4	9,9
1974	15,4	2,3	20,7
1975	22,5	4,7	44,8

FONTE: Estrutura Demográfica do Espírito Santo - 1940/2000 - FJSN, 1977.

## QUADRO 4.a

## MORTALIDADE INFANTIL

- Alguns Municípios do Estado do Espírito Santo - 1975

Taxa por 1.000 habitantes.

MUNICÍPIO	%
Atílio Vivacqua .....	15,9
Bom Jesus do Norte .....	17,4
Alfredo Chaves .....	17,5
Mucurici .....	18,0
Iconha .....	19,9
Piúma .....	27,8
Domingos Martins .....	29,5
Apiacá .....	30,0
Santa Leopoldina .....	33,0
Castelo .....	34,0
Santa Tereza .....	35,6
Dores do Rio Preto .....	39,5
Ibiraçu .....	41,4
Fundão .....	42,3
Serra .....	42,8
São Gabriel da Palha .....	43,4
Conceição do Castelo .....	44,8

FONTE: Estrutura Demográfica do Espírito Santo - 1940/  
2000 - FJSN, 1977.

## QUADRO 4.b

## MORTALIDADE GERAL

- Alguns Municípios do Estado do Espírito Santo  
Taxa por 1.000 habitantes

MUNICÍPIO	%
Montanha .....	0,5
Mucurici .....	0,7
Atílio Vivacqua .....	2,4
Divino São Lourenço .....	2,6
Cariacica .....	3,0
Bom Jesus do Norte .....	3,1
Piúma .....	3,2
Presidente Kennedy .....	3,3
Rio Novo do Sul .....	3,7
Fundão .....	3,9
Ecoporanga .....	4,0
Santa Tereza e Apiacã .....	4,4
Alfredo Chaves .....	4,5
Conceição do Castelo .....	4,7
Vila Velha .....	4,7

FONTE: Estrutura Demográfica do Espírito Santo -  
1940/2000 - FJSN, 1977.

## QUADRO 5:

ESTABELECIMENTO DO ENSINO DE 1º GRAU  
- Município de Conceição do Castelo - 1977

REDE	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
Urbana .....	8	-	2	10
Rural .....	77	7	-	84
TOTAL .....	85	7	2	94

FONTE: Secretaria de Estado da Educação.

## QUADRO 6:

MATRÍCULA INICIAL NO ENSINO DE 1º GRAU  
- Município de Conceição do Castelo - 1977

REDE	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
Urbana .....	1.064	-	379	1.443
Rural .....	1.536	136	-	1.672
TOTAL .....	2.600	136	379	3.115

FONTE: Secretaria de Estado da Educação.

QUADRO 7:

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO

- Município de Conceição do Castelo

REGIÃO	PESSOAS DE 7 A 14 ANOS			ESTUDANTES			TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO %		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
Conceição do Castelo .....	1.979	289	1.690	1.426	272	1.154	72,06	94,11	68,28
Venda Nova .....	1.615	575	1.040	1.364	532	832	84,46	92,52	89,60
Total do Município .....	3.594	864	2.730	2.790	804	1.986	77,63	93,05	72,75
Total do Estado .....	358.799	180.186	178.613	284.969	158.334	126.635	79,42	87,78	70,90

FONTE: Dados básicos sobre escolarização no Estado do Espírito Santo. SEPL/ES, 1977.



QUADRO 8:

ALFABETIZAÇÃO

- Município de Conceição do Castelo - 1977.

DISTRITO	TOTAL GERAL			URBANA			RURAL		
	TOTAL	SABE LER E ESCREVER	%	TOTAL	SABE LER E ESCREVER	%	TOTAL	SABE LER E ESCREVER	%
Conceição do Castelo ..	9.176	5.324	58,02	1.372	972	70,85	7.804	4.352	55,77
Venda Nova .....	7.017	4.819	68,68	2.508	1.792	71,45	4.509	3.027	67,13
Total do Município ....	16.193	10.143	62,64	3,880	2.764	71,24	12.313	7.379	59,93
Total do Estado .....	1.652.257	1.022.157	61,86	866.004	617.066	71,25	786.253	405.091	51,52

FONTE: Censo Escolar - SEPL/ES, 1978

## QUADRO 8.a

## TAXA DE ALFABETIZAÇÃO

- Alguns Municípios do Estado do Espírito Santo - 1977

MUNICÍPIO	%
Vitória .....	76,54
Vila Velha .....	74,30
Cachoeiro de Itapemirim .....	69,66
Cariacica .....	69,43
Bom Jesus do Norte .....	67,04
Colatina .....	66,98
Ibiraçu .....	66,30
Iconha .....	65,66
Itarana .....	65,47
Santa Tereza .....	64,84
Fundão .....	64,36
Alfredo Chaves .....	64,32
Itaguaçu .....	63,20
Atílio Vivacqua .....	62,88
Conceição do Castelo .....	62,64

FONTE: Censo Econômico - SEPL/ES, 1978.

## QUADRO 9:

DISTÂNCIA DE CASA À ESCOLA PARA AS CRIANÇAS DE 3 A 14 ANOS, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO.

- Município de Conceição do Castelo - 1977

DISTÂNCIA Km	SITUAÇÃO		TOTAL
	URBANA	RURAL	
Até 1 .....	719	950	1.729
De 1 a 2 .....	80	438	518
De 2 a 3 .....	2	314	316
De 3 a 4 .....	1	144	145
Mais de 4 .....	4	194	198
Sem Declaração .	62	100	162
TOTAL .....	928	2.140	3.068

FONTE: Dados Demográficos do Estado do Espírito Santo - SEPL/ES, 1978.

## QUADRO 10:

MOTIVOS DE INTERRUPTÃO DOS ESTUDOS OU NUNCA TER FREQUENTADO A ESCOLA,  
DAS PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO.

- Microrregião Vertente Oriental do Caparaó - 1977.

MOTIVOS	SITUAÇÃO		TOTAL	%
	URBANA	RURAL		
Deficiência Física.	180	369	549	(1,06)
Falta de Escola ...	2.169	8.885	11.054	(21,28)
Falta de Vaga .....	47	154	201	(0,39)
Escola Distante ...	783	5.316	6.099	(11,74)
Falta de Recursos .	1.115	2.895	4.010	(7,72)
Deficiência Mental.	263	497	760	(1,46)
Não Quer .....	2.440	3.808	6.248	(12,03)
Trabalha .....	3.729	15.369	19.098	(36,77)
Sem Declaração ....	883	3.035	3.918	(7,55)
TOTAL .....	11.609	40.328	51.937	(100,00)

FONTE: Pesquisa Sócio-Econômica do Estado do Espírito Santo - SEPL/ES.

## QUADRO 11:

## INDÚSTRIAS INSTALADAS

- Município de Conceição do Castelo - Biênio 76/77

ATIVIDADE	Nº DE INDÚSTRIAS
Minerais não metálicos .....	01
Madeira .....	07
Produtos alimentares .....	03
Bebidas .....	02

FONTE: IDEIES.

## QUADRO 12:

## COTA DE ICM CREDITADA AO MUNICÍPIO

- Município de Conceição do Castelo - 1975/77

ANO	COTA DE ICM	% S/ESTADO
1975	678.579,93	0,63
1976	1.180.813,37	0,65
1977	1.629.624,00	0,57

FONTE: Diário Oficial do Espírito Santo, de 21 de março de 1978.

## QUADRO 13:

## FINANCIAMENTOS AGROPECUÁRIOS

- Município de Conceição do Castelo - 1970

(em Cr\$ 1.000,00)

FINALIDADE	MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO	ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	% DO MUNICÍPIO EM RELAÇÃO AO ESTADO
Para investimentos .....	420	28.576	1,46%
Para custeio da produção .	630	9.801	6,42%
Para comercialização da produção .....	66	2.849	3,97%
TOTAL .....	1.162	54.528	2,13%

FONTE: Censo Agropecuário do Espírito Santo - IBGE, 1970.

## QUADRO 13a:

## ORIGEM DOS FINANCIAMENTOS

- Município de Conceição do Castelo - 1970

(em Cr\$ 1.000,00)

ORIGEM	MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO	ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	% DO MUNICÍPIO EM RELAÇÃO AO ESTADO
De particulares .....	41	4.078	1,00%
De entidades de Governo ...	1.080	45.671	2,36%
De entidades privadas ...	41	4.779	0,85%
TOTAL .....	1.162	54.528	2,13%

FONTE: Censo Agropecuário do Espírito Santo - IBGE, 1970.

## QUADRO 14:

## PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS

- Município de Conceição do Castelo

CULTURA	ANO*	ÁREA COLHIDA		PRODUÇÃO		RENDIMENTO
		ha	% S/Est.	Unidade	% S/Est.	
Abacaxi .....	1978	1	0,07	5.000kg	0,06	5.000kg/ha
	1972	1	0,06	2.000kg	0,01	2.000kg/ha
	-	-	-	-	-	-
Abacate .....	1974	18	3,70	565.000fr	3,90	31.388fr/ha
	1975	21	4,16	655.000fr	3,71	31.190fr/ha
	1976	21	4,13	655.000fr	3,80	31.190fr/ha
Alho .....	1970	8	2,29	12.000kg	1,95	1.500kg/ha
	1976	3	8,57	24.000kg	0,35	8.000kg/ha
	-	-	-	-	-	-
Amendoim .....	1969	2	0,48	3.000kg	0,84	1.500kg/ha
	1976	10	2,00	8.000kg	1,66	800kg/ha
	-	-	-	-	-	-
Arroz .....	1972	900	1,51	1.080.000kg	1,31	1.200kg/ha
	1976	529	1,02	409.000kg	0,70	773kg/ha
	-	-	-	-	-	-
Banana .....	1974	600	2,08	4.500.000kg	2,17	7.500kg/ha
	1975	450	1,56	3.378.000kg	1,89	7.506kg/ha
	1976	831	2,88	3.990.000kg	2,88	4.801kg/ha
Batata doce ...	1966	6	0,35	90.000kg	0,33	15.000kg/ha
	1969	12	0,68	180.000kg	0,61	15.000kg/ha
	1976	10	0,90	140.000kg	0,88	14.000kg/ha

Continua

QUADRO 14: Continuação

CULTURA	ANO*	ÁREA COLHIDA		PRODUÇÃO		RENDIMENTO
		ha	% S/Est.	Unidade	% S/Est.	
Batatinha .....	1967	31	8,36	447.000kg	12,21	14.419kg/ha
	1971	65	10,69	780.000kg	14,06	12.000kg/ha
	1976	80	7,80	551.000kg	7,48	6.887kg/ha
Cafê .....	1970	9.240	3,41	4.590.000kg	2,75	497kg/ha
	1975	4.048	2,49	3.645.000kg	3,17	900kg
	1976	5.122	2,23	4.134.000kg	2,47	807kg/ha
Cana-de-açúcar.	1966	650	2,64	18.200.000kg	2,45	28.000kg/ha
	1976	32	0,11	1.143.000kg	0,13	35.718kg/ha
	-	-	-	-	-	-
Cana forrageira.	1971	4	2,26	400.000kg	1,36	100.000kg/ha
	1974	200	2,51	6.000.000kg	2,81	30.000kg/ha
	1976	5	0,07	60.000kg	0,03	12.000kg/ha
Cebola .....	1968	8	4,57	12.000kg	2,64	1.500kg/ha
	1972	6	2,37	11.000kg	1,73	1.833kg/ha
	1976	6	2,29	11.000kg	3,03	1.833kg/ha
Coco da bahia .	1966	13	0,62	24.000kg	0,29	1.846fr/ha
	1972	19	0,80	33.000fr	0,30	1.737fr/ha
	-	-	-	-	-	-
Feijão .....	1973	3.700	4,60	2.220.000kg	5,06	600kg/ha
	1974	4.000	4,67	2.400.000kg	5,29	600kg/ha
	1976	3.860	4,79	1.543.000kg	5,23	399kg/ha

Continua



QUADRO 14: Continuação

CULTURA	ANO*	ÁREA COLHIDA		PRODUÇÃO		RENDIMENTO
		ha	% S/Est.	Unidade	% S/Est.	
Laranja .....	1975	80	2,28	2.560.000kg	3,18	32.000kg/ha
	1976	76	2,06	1.748.000kg	2,06	23.000kg/ha
	-	-	-	-	-	-
Limão .....	1966	5	1,13	166.000fr	0,83	33.200fr/ha
	1971	8	1,55	140.000fr	0,94	30.000fr/ha
	1972	9	1,74	240.000fr	0,81	26.667fr/ha
Mandioca .....	1967	580	1,38	4.060.000kg	0,71	7.000kg/ha
	1976	57	0,09	838.000kg	0,10	14.701kg/ha
	-	-	-	-	-	-
Manga .....	1965	11	0,77	150.000fr	0,47	13.636fr/ha
	1972	14	0,96	130.000fr	0,33	9.186fr/ha
	-	-	-	-	-	-
Marmelo .....	1967	9	64,29	500.000fr	68,03	55.556fr/ha
	1972	13	68,42	675.000fr	65,85	51.923fr/ha
	-	-	-	-	-	-
Milho .....	1968	6.050	2,50	7.260.000kg	2,66	1.200kg/ha
	1976	4.474	2,43	3.731.000kg	2,44	833kg/ha
	-	-	-	-	-	-
Pera .....	1969	11	52,38	750.000fr	59,62	68.182fr/ha
	1972	15	57,69	1.200.000fr	61,54	80.000fr/ha
	-	-	-	-	-	-

Continua

QUADRO 14: Continuação

CULTURA	ANO*	ÁREA COLHIDA		PRODUÇÃO		RENDIMENTO
		ha	% S/Est.	Unidade	% S/Est.	
Pêssego .....	1968	7	33,33	960.000fr	28,72	137.143fr/ha
	1972	6	28,57	1.043.000fr	30,00	173.833fr/ha
	-	-	-	-	-	-
Tangerina ....	1974	40	4,56	3.680.000fr	6,23	92.000fr/ha
	1976	40	4,23	3.680.000fr	5,77	92.000fr/ha
	-	-	-	-	-	-
Tomate .....	1974	30	3,64	1.500.000kg	7,23	50.000kg/ha
	1976	30	3,77	1.123.000kg	3,53	37.433kg/ha
	-	-	-	-	-	-
Uva .....	1975	5	9,43	30.000kg	8,04	7.800kg/ha
	1976	5	9,26	39.000kg		7.800kg/ha

FONTE: Secretaria de Estado da Agricultura - CEPA/ES.

1965/72 - Departamento Estadual de Estatística

1973/76 - Levantamento da Produção Municipal - Fundação IBGE.

\* Refere-se, respectivamente, aos: Ano de Maior Rendimento

Ano de Maior Produção

Última Informação.

## QUADRO 15:

CULTURAS MAIS IMPORTANTES SEGUNDO A ÁREA DE CULTIVO  
- Município de Conceição do Castelo - 1976

CULTURA	ANO	MAIOR ÁREA JÁ PLAN- TADA NO MUNICÍPIO E ÚLTIMA INFORMA- ÇÃO (ha)	MAIOR ÁREA DE CULTIVO NO ESTADO (1976)	
			ha	Município
Cafê .....	1972	11.520	23.334	Colatina
	1976	5.122		
Milho .....	1968	6.050	29.659	Afonso Cláudio
	1976	4.774		
Feijão .....	1967	8.400	8.920	Afonso Cláudio
	1976	3.860		
Banana .....	-	-	-	-
	1976	831	4.187	Guarapari
Arroz .....	1965	1.100	5.281	B. de São Francisco
	1976	529		
Batatinha ....	-	-	-	-
	1976	80	549	Domingos Martins
Laranja .....	1973	83	352	Santa Leopoldina
	1976	76		
Mandioca .....	1967/68	580	8.115	São Mateus
	1976	57		
Tangerina ....	1972	44	96	Cachoeiro de Itapemirim
	1976	40		
Tomate .....	-	-	-	-
	1976	30	180	Domingos Martins

FONTE: Secretaria de Estado da Agricultura - CEPA/ES.

## QUADRO 16:

CULTURAS MAIS IMPORTANTES SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO ESTADUAL  
- Município de Conceição do Castelo - 1976

CULTURA	MAIOR PARTICIPAÇÃO OBTIDA E PARTICIPAÇÃO ATUAL		MAIORES PRODUTORES NO ESTADO (1976)	
	Ano	%	Participação %	Município
Uva .....	1968	10,71	36,31	Domingos Martins
	1976	8,09		
Batatinha .....	1970	4,06	57,29	Domingos Martins
	1976	7,48		
Feijão .....	1974	5,29	12,30	Afonso Cláudio
	1976	5,23		
Tangerina .....	1974	6,23	7,71	Castelo
	1976	5,77		
Alho .....	1975	2,41	16,60	Santa Leopoldina
	1976	5,19		
Abacate .....	1974	3,90	24,76	Cach. de Itapemirim
	1976	3,80		
Tomate .....	1974	7,23	26,92	Domingos Martins
	1976	3,53		
Cebola .....	1974	4,25	45,45	Santa Leopoldina
	1976	3,03		
Banana .....	-	-	-	-
	1976	2,88	13,82	Guarapari
Café .....	1973	3,31	15,16	Colatina
	1976	2,47		

FONTE: Secretaria de Estado da Agricultura - CEPA/ES.

## QUADRO 16a:

 RENDIMENTO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS  
 - Município de Conceição do Castelo

CULTURA	RENDIMENTO MÁXIMO OBTIDO NO MUNICÍPIO E ÚLTIMA INFORMAÇÃO		RENDIMENTO MÁXIMO OBTIDO NO ESTADO		
	Rendimento	Ano	Rendimento	Ano	Município
Abacate .....	31.388fr/ha	1974	78.750fr/ha	1973	D. de S. Lourenço
	31.190fr/ha	1976	60.000fr/ha	1976	
Alho .....	8.000kg/ha	1976	11.750kg/ha	1965	Itarana
			3.000kg/ha	1976	
Arroz .....	1.200kg/ha	1972	3.600kg/ha	1971	Serra
	773kg/ha	1976	1.181kg/ha	1976	
Banana .....	7.506kg/ha	1975	14.971/ha	1965	Afonso Cláudio
	4.801kg/ha	1976	4.802kg/ha	1976	
Batatinha ...	14.419kg/ha	1967	18.000kg/ha	1976	Alegre
	6.887kg/ha	1976			
Café .....	900kg/ha	1975	2.359kg/ha	1970	Nova Venécia
	807kg/ha	1976	558kg/ha	1976	
Cebola .....	1.833kg/ha	1972	10.000kg/ha	1969	Itaguaçu
	1.833kg/ha	1976	4.000kg/ha	1976	
Feijão .....	600kg/ha	1973/74	1.800kg/ha	1967	Mantenópolis
	399kg/ha	1976	330kg/ha	1976	

Continua

QUADRO 16a: Continuação

CULTURA	RENDIMENTO MÁXIMO OBTIDO NO MUNICÍPIO E ÚLTIMA INFORMAÇÃO		RENDIMENTO MÁXIMO OBTIDO NO ESTADO		
	Rendimento	Ano	Rendimento	Ano	Município
Laranja ....	32.000kg/ha	1975	80.000kg/ha	1975	Mantenópolis
	23.000kg/ha	1976	25.000kg/ha	1976	
Limão .....	33.200fr/ha	1966	421.053fr/ha	1965	Nova Venécia
	26.667fr/ha	1972	53.000fr/ha	1976	
Mandioca ...	14.701kg/ha	1976	28.025kg/ha	1964	Baixo Guandú
			20.192kg/ha	1976	
Marmelo ....	55.556fr/ha	1967	156.250fr/ha	1964	Cach. de Itap.
	51.923fr/ha	1972	22.000fr/ha	1976	
Milho .....	1.200kg/ha	1968	2.209kg/ha	1973	Piúma
	833kg/ha	1976	738kg/ha	1976	
Pera .....	80.000fr/ha	1972	135.000fr/ha	1967	Cach. de Itap.
	-	-	68.000fr/ha	1976	
Pêssego ....	173.833fr/ha	1972	444.000fr/ha	1968	Cach. de Itap.
	-	-	110.000fr/ha	1976	
Tangerina ..	92.000fr/ha	1974	240.000fr/ha	1968	Nova Venécia
	92.000fr/ha	1976	44.000fr/ha	1976	
Tomate .....	50.000kg/ha	1974	60.000kg/ha	1975	Itarana
	37.433kg/ha	1976	43.750kg/ha	1976	
Uva .....	7.800kg/ha	1976	17.000kg/ha	1964	Cach. de Itap.
			13.000kg/ha	1976	

FONTE: Secretaria de Estado da Agricultura - CEPA/ES.

## QUADRO 17:

EFETIVOS DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, EM CABEÇAS  
- Município de Conceição do Castelo.

	ANO	EFETIVO	% S/ESTADO
Aves .....	1968	534.400	2,81
	1975	393.582	4,76
	1976	323.500*	11,55
Bovinos .....	1975	13.194	0,62
	1976	13.173*	0,61
	-	-	-
Suínos .....	1969	16.200	1,13
	1975	10.236	1,60
	-	-	-

FONTE: 1965/72 - Departamento Estadual de Estatística - DEE

1973/75 - Produção da Pecuária Municipal - FIBGE

1976 - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/ES

Secretaria de Estado da Agricultura - CEPA/ES.

\* Explorações empresariais.

## QUADRO 18:

## AVICULTURA - MUNICÍPIOS DE MAIOR PRODUÇÃO ANUAL - 1977 - ES.

PRODUÇÃO ANUAL	EFETIVO	% S/ESTADO	MUNICÍPIO
Ovos (dz)	5.615.844	33,48	Domingos Martins
	4.768.488	29,27	Santa Leopoldina
	3.055.380	18,26	Conceição do Castelo
	1.051.320	6,45	Alfredo Chaves
	720.000	4,42	Fundão
	147.144	0,90	Guarapari
Carne (kg)	8.333.160	59,78	Domingos Martins
	901.740	6,46	Conceição do Castelo
	777.484	5,18	Alfredo Chaves
	651.684	4,67	Santa Leopoldina
	398.736	2,86	Guarapari
	249.120	1,79	Afonso Cláudio
	166.464	1,19	Cachoeiro de Itapemirim

FONTE: Secretaria de Estado da Agricultura - CEPA/ES.



## QUADRO 19:

## ESTRUTURA FUNDIÁRIA

ESTRATO (ha)			IMÓVEIS <sup>1</sup>		ÁREA <sup>2</sup>	
			Nº	%	(ha)	%
0,1	a	10,0	149	(14,49)	867	(1,63)
10,1	a	25,0	251	(24,42)	4.555	(8,55)
25,1	a	50,0	295	(28,70)	10.848	20,36
50,1	a	100,0	235	(22,86)	16.344	30,67
100,1	a	1.000,0	96	( 9,34)	16.508	30,97
1.000,1	a	-	2	( 0,19)	4.166	7,82
TOTAL			1.028	(100,0 )	53.288	100,0

FONTE: Distribuição de Imóveis Rurais no Estado do Espírito Santo -  
- 1975. Secretaria de Estado da Agricultura - CEPA/ES.

<sup>1</sup> Total de Imóveis:

- . Espírito Santo: 69.626\*
- . Conceição do Castelo: 1.028, correspondendo a 1,48% do total de imóveis no Estado.

<sup>2</sup> Área (ha):

- . Espírito Santo: 4.125.603\*
- . Conceição do Castelo: 53.288, correspondendo a 1,29% da área total do Estado.

\* Dados obtidos a partir da Análise do Comportamento do Setor Agrícola do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Agricultura - CEPA/ES.

## QUADRO 20:

UNIDADES IMOBILIÁRIAS NOS PERÍMETROS URBANOS  
- Município de Conceição do Castelo - 1978.

USO	TOTAL			VENDA NOVA		C. DO CASTELO	
	ABS	VERT.	REL.	ABS.	REL.	ABS.	REL.
Terrenos vagos .....	305	(17,3)	(100)	253	(82)	52	(18)
. Residencial .....	1.300	(73,7)	(100)	920	(70,7)	380	(29,3)
. Comercial .....	114	( 6,5)	(100)	78	(68,4)	36	(31,6)
. Industrial .....	8	( 0,5)	(100)	6	(75)	2	(25)
Outros .....	35	( 2,0)	(100)	28	(80)	7	(20)
TOTAL .....	1.763	(100)	-	1.285	(72,9)	477	(27,1)

FONTE: Cadastro Imobiliário Urbano. Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, 1978.

## QUADRO 21:

## DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR TIPO DE PAREDE EXTERNA, SEGUNDO A SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS

- Microrregião Vertente Oriental do Caparaó - 1977.

SITUAÇÃO	TIPO DE PAREDE EXTERNA				SEM DECLARAÇÃO	TOTAL
	ALVENARIA	MADEIRA	TAIPA	RESÍDUOS		
Urbana .....	4.537	273	220	51	10	5.091
Rural .....	7.805	863	2.723	68	30	11.489
TOTAL .....	11.342	1.136	2.943	119	40	16.580
%	(75%)	(6,9%)	(17%)	(0,72)	(0,24)	(100%)

FONTE: Pesquisa Sócio-Econômica do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado do Planejamento, 1977.

## QUADRO 22:

## DOMICÍLIOS PARTICULARES POR TIPO DE CONSTRUÇÃO SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO.

- Microrregião Vertente Oriental do Caparaó - 1977

SITUAÇÃO	TIPO DE CONSTRUÇÃO PERMANENTE				IMPROVISO	SEM DECLARAÇÃO	TOTAL
	CASA	APARTAMENTO	QUARTO OU CÔMODO	BARRACO			
Urbana .....	4.633	97	38	323	20	-	5.111
Rural .....	1.077	20	49	343	68	42	11.599
TOTAL .....	15.710	117	87	666	88	42	16.710
(%) .....	(94)	(0,70)	(0,52)	(3,99)	(0,53)	(0,26)	(100)

FONTE: Pesquisa Sócio-Econômica do Estado do Espírito Santo -  
Secretaria de Estado do Planejamento, 1977.

## QUADRO 23:

## DOMICÍLIOS POR SITUAÇÃO

- Município de Conceição do Castelo e Região Vertente Oriental do Caparaó - 1977

	URBANA	RURAL	TOTAL
Município .....	1.414 <sup>1</sup>	1.307	272 <sup>2</sup>
(%) .....	(52%)	(48%)	(100)
Região <sup>2</sup> .....	11.59	5.111	16.710
(%) .....	(49,4%)	(30,6%)	(100)

FONTE: <sup>1</sup> Cadastro Imobiliário da PMCC, 1968

<sup>2</sup> Pesquisa Sócio-Econômica do ES  
Secretaria de Estado do Planejamento, 1977.

## QUADRO 24:

## DOMICÍLIOS PARTICULARES: INSTALAÇÕES E REDE SANITÁRIA, ENERGIA ELÉTRICA, FOGÃO E COMBUSTÍVEL.

- Município de Conceição do Castelo - 1977

		Absoluto	%
Instalação Sanitária	<i>Total de Domicílios</i> .....	2721	100
	Aparelho sanitário .....	1139	41,8
	Aparelho rústico .....	949	34,9
	Sem instalação .....	633	23,3
Instalação e Rede Sanitária	<i>Total de Domicílios</i> .....	2721	100
	Rede de Esgoto .....	646	23,7
	Fossa séptica .....	666	24,5
	Fossa rudimentar .....	880	32,3
	Sem instalação .....	529	29,5
Energia elétrica	<i>Total de Domicílios</i> .....	2721	100
	Iluminação elétrica .....	1305	48
	Sem iluminação elétrica .....	1416	52
Fogão	<i>Total de Domicílios</i> .....	2721	100
	Com fogão .....	2526	92,8
	Com trenipe .....	170	6,3
	Sem fogão ou trenipe .....	25	0,9
Combustível	<i>Total de Domicílios</i> .....	2721	100
	Lenha .....	2257	82,95
	Gás .....	464	17,1

FONTE: Pesquisa Sócio-Econômica do Estado do Espírito Santo  
Secretaria de Estado do Planejamento, 1978

## QUADRO 25:

## RECEITA TRIBUTÁRIA

- Município de Conceição do Castelo - 1977/78

IMPOSTOS E TAXAS	ANO	
	1977	1978
Predial .....	21.879,02	309.207,00
Territorial .....	14.575,05	109.855,70
ISS .....	31.064,41	49.961,68
Taxas-Licenças .....	18.871,99	80.717,36
Serviços Urbanos ...	14.056,20	20.446,00
Taxas Calçamento ...	2.559,20	3.453,60
TOTAL .....	103.055,87	573.641,34
Receita Estimada ...	142.000,00	180.000,00
Dívida Ativa .....	-	107.389,00

FONTE: Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo.

